



Índice

- 01** [Estudantes Indígenas discutem importância da inserção no ensino superior](#)
- 02** [Indígenas lançam apenas três candidatos na eleição em MS](#)
- 03** [Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas](#)
- 04** [Indígenas Recebem Treinamento Para combater Queimadas no Tocantins](#)
- 05** [Encontro de lideranças indígenas em Itaipulândia](#)
- 06** [Unidades do PEPE são inauguradas entre indígenas no Paraguai](#)
- 07** [PGR ajuíza ação para vetar mineração em terra indígena em RO](#)
- 08** [Após quatro anos, quilombolas em luta por terras ancestrais saem da prisão](#)
- 09** [Pelotão Aquático intercepta barco e apreende arma em comunidade ribeirinha de João Pessoa](#)
- 10** [Ribeirinhos encontram corpo à deriva no Amazonas](#)
- 11** [Angela Pappiani e os povos indígenas do Brasil no Supertônica](#)
- 12** [Cinema e Direitos Humanos na Justiça Rápida Itinerante](#)
- 13** [Programa Segundo Tempo realiza atividade na Vila Olímpica Indígena de Dourados](#)
- 14** [Seções eleitorais são instaladas em aldeias isoladas no Amazonas](#)
- 15** [Economia :: Projetos sociais ganham força em plataformas de financiamento coletivo na internet](#)



- 16 Aécio promete guerra contra Custo-Brasil e defende mais segurança jurídica no setor
- 17 Emater emite documento de acesso a políticas públicas para indígenas de Cumaru do Norte
- 18 Quilombolas "hi-tech" apresentados na Expedição Alagoas terão exposição de aurretratos.
- 19 Projeto EJA Sorridente atende quilombolas e promove saúde bucal em Ubatuba
- 20 Retomada das mães ao seu tekoha: pela vida de seus filhos e filhas
- 21 Carta Final do Encontro de Formação de Lideranças em Rondônia
- 22 CE – Judiciário de Aracati abre investigação contra padre e moradores do Cumbe para explicarem cartaz e livro das novenas
- 23 Governo não demarca terras indígenas em Estado recordista em violência
- 24 MPF abre inquéritos para combater ameaças de degradação ambiental
- 25 Em tempos de eleição demarcações continuam paralisadas e comunidades indígenas desassistidas
- 26 Encontro de Mulheres Apinajé
- 27 AM – Família de um dos três assassinados na Transamazônica em dezembro de 2013 pede indenização à Funai
- 28 Criticado por ambientalistas, mineroduto Minas-Rio está prestes a funcionar
- 29 Mais uma reforma da Saúde Indígena é anunciada pela SESAI: agora, querem o



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)

30 Banco Mundial propõe excluir de proteção populações frágeis



Estudantes Indígenas discutem importância da inserção no ensino superior

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 04.08.2014

Começou na noite desta segunda-feira (4) o 2º Enei (Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas), na UCDB (Universidade Católica Dom Bosco), em Campo Grande, que termina no dia 7 deste mês. O objetivo do evento é discutir a importância dos índios no ensino superior.

De acordo com uma dos organizadores do evento, Simone Amago, atualmente existe cerca de 900 indígenas inseridos nas universidades de Mato Grosso do Sul. "Houve um crescimento no número de estudantes indígenas nas faculdades, por que eles saem da aldeia em busca de conhecimento, que após o término do curso será levado para a comunidade. É uma junção de universidade e aldeia que enriquece a cultura indígena", comentou.

O estudante indígena Adriano Boro, de 29 anos, veio do Estado de Mato Grosso, onde faz o curso de Direito na UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) apenas para participar do encontro. Para ele, estar no ensino superior é importante para desenvolver a cultura indígena. "Na faculdade, o índio mostra a cultura dele para as pessoas e reforça a cultura indígena. É fora da aldeia que damos valor na cultura indígena", mencionou.

O índio Terena, Dione Alcântara Batista, 25, faz o curso de Ciências Biológicas na UCDB e faz parte da Rede Saber, grupo de estudantes indígenas da universidade. Ele falou que na faculdade ele aprende a técnica da profissão e depois coloca em prática o que aprendeu na aldeia. "É importante o jovem se graduar, por que a aldeia vai ficar cheia de profissionais. Desta forma não vamos mais depender dos outros de fora para suprir as necessidades da comunidade", finalizou.

A abertura do encontro contou com a presença do Reitor da UCDB, Pe. José Marinoni, da secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade de Inclusão, Macaé Maria Evaristo, e da representante da Comissão Organizadora, Simone Eloy Terena. A presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Boulitreau Assirat também estava entre os convidados, mas não compareceu ao evento.



Indígenas lançam apenas três candidatos na eleição em MS

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 04.08.2014

Os indígenas lançaram apenas três candidatos na eleição deste ano, em Mato Grosso do Sul. Todos eles são postulantes a uma vaga na Câmara dos Deputados, apesar do Estado ter a segunda maior população de índios do país, com mais de 70 mil.

Estão concorrendo como candidatos a deputado federal Anísio Anísio Guató (PSOL), o Cacique Ladio Veron (PSOL) e Silvana Terena (PPS). Para o presidente do conselho municipal dos direitos indígenas de Campo Grande, Eduardo Barbosa, o número pequeno de candidatos tem relação com a falta de apoio e recursos para realização da campanha.

“Nós conhecemos como funciona a política, não adianta lançarmos vários candidatos, quando a maioria não terá condições de se eleger, por falta de apoio político e recursos financeiros para arcar com uma campanha que é muito pesada”, avaliou ele.

Eduardo ponderou que a melhor estratégia é justamente lançar poucos candidatos que possam ter a chance de visitas as aldeias e comunidades indígenas para buscar apoio e condições de enfrentar os demais concorrentes. “Está de bom tamanho, sabemos que a distância financeira com os demais é muito grande, espero que os que estão na disputa se esforcem para conseguir os votos suficientes”.

Debate – As lideranças indígenas esperam realizar um debate com os candidatos ao governo estadual, para apresentar suas principais reivindicações. “Ainda não foi decidido a data deste evento, mas já estamos nos organizando para que aconteça no MPF (Ministério Público Federal) e que tenha a participação de todos os grupos e etnias do Estado”, ressaltou Élcio Terena, vice-presidente do conselho.

Na última eleição, em 2012, o conselho municipal indígena realizou um debate com os sete candidatos a prefeitura de Campo Grande, quando cada um teve que apresentar propostas para o público, além de assinar um termo de compromisso para que as políticas públicas voltadas aos índios fossem implantadas em sua gestão.



Conselheira Federal lança livro sobre biopirataria e povos indígenas

SÍTIO OAB/MS, 04.08.2014

A Conselheira Federal e presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, lança o livro "Biopirataria e povos indígenas". O lançamento da publicação será no dia 18 de agosto, no Conselho Federal da OAB, em Brasília.

Baseado em sua tese de doutorado, defendida em 2011, o livro escrito por Samia discute a prática da biopirataria, que transforma a biodiversidade em produto, em que são apropriados a cultura, saberes e medicina tradicional dos povos indígenas sem a repartição equitativa dos lucros obtidos com a venda dos produtos. A publicação expõe a existência de dois mundos, onde, de um lado o capitalismo visa o lucro a qualquer preço, de outro, está o patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas.

"É preciso lutar para que os povos indígenas possam participar do desenvolvimento da sociedade mantendo sua identidade cultural preservada, buscando novos mercados consumidores", ressalta a advogada. Para Samia, a ampliação da venda dos artesanatos e produtos indígenas incentiva a etnossustentabilidade e o etnodesenvolvimento.

Samia Barbieri também é autora do livro Os Direitos Constitucionais dos Índios e o Direito à Diferença, Face ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. As duas publicações são editadas pelo Grupo Almedina.

Lançamento - A obra "Biopirataria e povos indígenas" será lançada no CFOAB, no dia 18 de agosto, às 19h, no Hall do Plenário do 3º andar. Já o lançamento estadual ocorrerá durante a XIII Conferência Estadual dos Advogados, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, nos dias 24, 25 e 26 de setembro, em Campo Grande.



Indígenas Recebem Treinamento Para combater Queimadas no Tocantins

SÍTIO TOCNOTÍCIAS, 04.08.2014

No total 29 indígenas da Ilha do Bananal participaram da capacitação. Segundo eles, as queimadas reduziram em 65% após o projeto.

Os indígenas da etnia Javaé, da Ilha do Bananal, no sul do Tocantins, receberam um treinamento para combater as queimadas que tomam conta da região, principalmente neste período do ano. No total, 29 indígenas foram orientados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) a protegerem as comunidades indígenas. A capacitação aconteceu pelo segundo ano consecutivo e foi realizada na última sexta-feira (1º).

De acordo com os índios, depois que a brigada foi criada, os registros de queimadas reduziram em 65% comparado aos outros anos, quando não havia sido iniciado o projeto. Os esquadrões funcionam com escalas de plantões dentro das comunidades e os brigadistas dizem que estão prontos para qualquer emergência. "Nós estamos aqui para defender a nossa ilha, que faz parte da nossa cultura", garantiu o brigadista Sidinei Oliveira.

Durante as oficinas os indígenas apresentaram planos de trabalhos que devem ser desenvolvidos nas aldeias, lições sobre educação ambiental e cuidados com o fogo. "A gente acredita que conseguiremos sensibilizar a comunidade de modo que eles possam se conscientizar da importância da preservação ambiental. A gente está otimista, aprendendo com isso treinamento e pretendemos replicar este conhecimento dentro das comunidades indígenas", concluiu o indígena Ventuïres Javaé.

Fonte: G1/TO

Encontro de lideranças indígenas em Itaipulândia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.08.2014



Comissão de Terras Guarani do Oeste do Paraná

Lideranças Avá-Guarani do Oeste do Paraná reuniram-se no dia 27 de julho em Itaipulândia para discutirem questões relativas ao reconhecimento das terras tradicionais e a necessidade de novas alianças com forças políticas do campo progressista para que as pautas dos direitos das comunidades originárias avancem.

A reunião, que aconteceu no Tekoha Itacora – área ocupada na base náutica às margens do Lago de Itaipu, contou com a participação de uma comissão de caciques de Guaíra, a Pastoral Indigenista de Foz do Iguaçu, entre outros apoiadores da causa indígena.

No encontro também foi discutida a situação da área que está sendo ocupada pelos Avá-Guarani desde o início de junho. Os indígenas montaram um acampamento no local por ser a área mais próxima da antigo Tekoha Itacora, uma das aldeias alagadas pelas obras de Itaipu.

“Necessitamos sempre de fazer novos aliados na luta indígena, com os movimentos sociais e entidade de apoio. Esse encontro serviu para discutir isso como os demais caciques da região”, diz Lino César, cacique de Itacora e um dos coordenadores do encontro.



Unidades do PEPE são inauguradas entre indígenas no Paraguai

SÍTIO CPAD NEWS, 05.08.2014

Projeto atende comunidades indígenas que vivem em extrema pobreza

Mais uma vez, o envolvimento de uma igreja com a obra missionária ajudou a testemunhar o amor de Cristo a crianças que vivem em situação de risco social. Uma oferta feita pela Igreja Batista do Bacaheri, no Paraná, possibilitou a adequação de duas unidades do PEPE (programa socioeducativo) em comunidades indígenas no Paraguai.

O valor doado permitiu a construção de duas salas de aula, compra de livros e materiais para três comunidades e aquisição de mesas e cadeiras para os alunos. Mais de 40 crianças foram beneficiadas.

Segundo a coordenadora do PEPE para a América Latina, missionária Lidia Klava da Silva, foram inauguradas em maio unidades do PEPE nas comunidades Yatayty del Norte e Ava Guarani.

“São comunidades indígenas que sobrevivem em extrema pobreza. Por lá são precárias as condições de infraestrutura, alimentação e outras necessidades básicas”, disse Lidia.

A missionária espera em Deus contar com o apoio de outros irmãos em Cristo para que mais três unidades do PEPE sejam inauguradas no próximo ano. Elas ainda precisam de estrutura básica para funcionamento.

Atualmente o PEPE está presente em 23 países, levando educação básica e a mensagem do Evangelho de Cristo a mais de 10 mil crianças e suas famílias. São as orações e ofertas dos cristãos brasileiros que permitem o avanço do programa pelo mundo. Muitas crianças carentes ainda precisam ser alcançadas. Você pode participar desta missão. Saiba como: pam@jmm.org.br.



PGR ajuíza ação para vetar mineração em terra indígena em RO
SÍTIO STF, 04.08.2014

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação Cautelar (AC 3686) com o objetivo de manter decisão da Justiça Federal que determinou ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que cancele todas as autorizações de lavra ou de pesquisa mineral realizada na área habitada pelos indígenas Cinta Larga e no seu entorno, em Rondônia. Conforme os autos, existem “sérios conflitos” entre índios, garimpeiros e mineradoras que atuam na região. A relatora da ação é a ministra Cármen Lúcia.

Na origem, juízo da 2ª Vara Federal de Rondônia julgou parcialmente procedente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal e determinou, entre outras medidas, que o DNMP cancele todas as autorizações de lavra ou pesquisas já concedidas e indefira os requerimentos pendentes até que seja regulamentado o parágrafo 3º do artigo 231 da Constituição Federal. De acordo com esse dispositivo, “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”.

O DNMP não teve êxito em apelação interposta ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) e, em seguida, apresentou recursos especial e extraordinário, respectivamente, ao Superior Tribunal de Justiça e ao STF. Contudo, uma decisão do vice-presidente do TRF-1 concedeu efeito suspensivo a ambos os recursos, impedindo, assim, que as determinações impostas a DNMP possam ser efetivadas.

Ao pedir que o Supremo conceda liminar para afastar a decisão do vice-presidente do TRF-1, o procurador-geral alega que há o risco de danos irreversíveis à própria subsistência das terras indígenas Cinta Larga, uma vez que a área tem sido invadida por garimpeiros pelo fato de ter solo rico em cassiterita, diamante e outros minérios. Destaca ainda que a continuidade na exploração pode causar danos como assoreamento e contaminação de rios e igarapés por mercúrio, transmissão de doenças pelo contato com os índios, e mudança de hábitos tradicionais da comunidade como o uso de bebida alcoólica.

CM/AD



Após quatro anos, quilombolas em luta por terras ancestrais saem da prisão

SÍTIO ADITAL, 04.08.2014

Após quase dois anos encarcerados na cadeia pública de São João da Ponte, região norte do Estado de Minas Gerais, quatro militantes quilombolas do território étnico Brejo dos Crioulos foram colocados em liberdade provisória na tarde da última quinta-feira, 31 de julho. Edmilson Lima Dutra, Édio Jose Francisco, Joaquim Fernandes de Souza e Sérgio Cardoso de Jesus foram presos, preventivamente, em setembro de 2012, suspeitos de serem autores da morte de um jagunço que fazia a segurança de uma fazenda grilada dentro do território étnico. O episódio aconteceu quando os quilombolas de Brejo dos Crioulos, cansados do que seria descaso dos órgãos federais para a titulação de suas áreas tradicionais, deram início ao processo de luta pela retomada do território étnico, no passado invadido por grandes fazendeiros.

Os advogados da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em conjunto com a assessoria jurídica da Comissão Pastoral da Terra (CPT, norte/MG), responsáveis pela defesa dos quilombolas, vinham, desde a prisão, buscando junto ao Tribunal de Justiça mineiro (TJMG), bem como no Superior Tribunal de Justiça (STJ), uma decisão que possibilitasse que os quatro presos respondessem ao processo em liberdade. Contudo, em pedidos de habeas corpus formulados tanto junto ao STJ, sob relatoria da ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura (Sexta Turma), quanto no TJMG, relator desembargador Furtado de Mendonça (6ª Câmara Criminal), os pedidos de liberdade foram negados.

Porém, na última semana, tendo em vista que a defesa, por meio de recurso, obteve, no TJMG, a anulação da sentença de pronúncia, que mandava os quatro quilombolas a Júri popular, o que deu lugar a excesso de prazo da prisão e, considerando a troca de promotor de Justiça e de juiz na Comarca de São João da Ponte, os advogados Roberto Rainha (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos) e Elcio Pacheco (CPT/MG e Associação Quilombola de Brejos dos Crioulos), apresentaram novo requerimento de liberdade provisória em primeira instância. Esta teve parecer favorável do Ministério Público, sobrevivendo decisão judicial determinando a libertação dos quilombolas, com imposição de medidas cautelares, entendendo não persistentes os motivos da prisão cautelar, colocando-se, assim, fim ao longo período de constrangimento ilegal enfrentado pelos quatro quilombolas.

O território quilombola Brejos dos Crioulos

O território quilombola Brejo dos Crioulos está localizado nos municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelândia, região Norte do Estado de Minas Gerais, sendo habitado por mais de 500 famílias, que vivem em comunidades nos seus 17.302 hectares. Dentro do território étnico, nove grandes fazendeiros se instalaram, grilando aproximadamente 80% de sua extensão territorial, "fazendo com que a terra de moradia e sobrevivência dos quilombolas se transformasse em terra de negócio, em mercadoria, em objeto de especulação, concentrada nas mãos de latifundiários e empresários pecuaristas mineiros e paulistas", afirma a Rede de Direitos Humanos.

CONT.



O território Brejo dos Crioulos é formado pelas comunidades de Arapuim, Araruba, Boa Vista, Caxambu I, Caxambu II, Conrado, Furado Modesto, Furado Seco, Lagoa da Varanda, Orion, Serra D'água e Vista Alegre. Nelas, habitam, desde o século XIX, famílias de ex-escravos vindas de diversos locais do Estado de Minas Gerais. Sendo local de resistência, no território, os quilombolas estabeleceram sua organização social, cultural e econômica.

As reivindicações dos quilombolas de Brejos dos Crioulos junto aos órgãos de governo responsáveis pela regularização e titulação das terras ancestrais e desinversão dos não quilombolas foram iniciadas em meados de 1999, sendo que, devido à "morosidade" do Poder Público, os quilombolas adotaram, em abril de 2004, a estratégia de luta conhecida como retomada do território, tendo a primeira atividade ocorrida na denominada fazenda São Miguel, com a participação de mais de 400 famílias.

Em um período de nove anos (2004 a 2013), ocorreram mais de 20 dessas ações e, respectivamente, mais de 20 reintegrações de posse obtidas pelos fazendeiros, ora junto à Justiça Federal, ora junto à Justiça Estadual mineira, contra as famílias quilombolas.

"Irresignados (sic.) com a inoperância do Poder Público federal no que diz respeito à titulação do território, as famílias quilombolas, em manifestação realizada no segundo semestre de 2009, reiniciaram o processo de retomada de suas terras, o que resultou em uma audiência no INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], em Brasília, e, posteriormente, no mês de janeiro de 2010, no envio do processo administrativo de desapropriação do território étnico à Casa Civil da Presidência da República, para fins de desapropriação do mesmo", destaca a Rede.

No entanto, foi necessário um acampamento, em setembro de 2011, durante uma semana, frente à porta do Palácio do Planalto, para conseguir que a presidenta Dilma Rousseff assinasse o decreto de desapropriação do território, o que se deu em 29 de setembro do mesmo ano.

Mesmo após a assinatura do decreto de desapropriação, outras ações de retomadas tiveram que ser realizadas para que o INCRA ajuizasse as ações competentes e fosse obtida na Justiça Federal decisão que o imitisse na posse das áreas reivindicadas pelos quilombolas, o que vem sendo feito desde o início de 2013. "Assim, aos poucos, e decorrente de árdua luta o território étnico está sendo devolvido às famílias quilombolas, a quem de fato e por direito, pertence", afirma a Rede de Direitos Humanos.



Pelotão Aquático intercepta barco e apreende arma em comunidade ribeirinha de João Pessoa

SÍTIO BAYEUX JOVEM, 04.08.2014

Policiais do pelotão aquático do Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) prenderam um homem com um revólver calibre 38, nesse domingo (3), após interceptarem um barco, no estuário do Rio Paraíba, próximo às comunidades ribeirinhas do bairro de Mandacaru, em João Pessoa. José Lima de Souza, de 50 anos, estava na embarcação com um amigo, que também foi conduzido até a delegacia.

De acordo com o aspirante Wellington Aragão, as equipes realizavam o patrulhamento aquático na área quando se depararam com o barco suspeito. "É um trabalho realizado pelo Batalhão Ambiental para coibir tanto os crimes ambientais quanto o tráfico de drogas, bem como para fechar as possíveis rotas de fuga do rio, que geralmente são utilizadas após o cometimento de algum delito. Durante as atividades desse domingo, o trio policial das motonáuticas conseguiu apreender um revólver calibre 38, munição e uma faca que estava no barco do suspeito abordado", detalhou o aspirante.

Ele disse ainda que a abordagem aconteceu próximo ao local conhecido como 'Ilha da Santinha', onde suspeitos de crimes costumam esconder armas e drogas.

José Lima de Souza foi levado para a 7ª Delegacia Distrital e autuado por porte ilegal de arma.

Reforço nas águas - O Pelotão Aquático da Polícia Militar realiza de forma constante o policiamento no estuário do Rio Paraíba para interceptar embarcações que estejam sendo usadas para transportar materiais ilícitos. As comunidades ribeirinhas do bairro de Mandacaru, em João Pessoa, e das cidades de Bayeux e Cabedelo recebem uma atenção maior por parte desse processo de policiamento - que conta com duas lanchas e três motonáuticas atuando nesses locais.

Fonte: secom PB / Bayeux Jovem



Ribeirinhos encontram corpo à deriva no Amazonas

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 04.08.2014

Ribeirinhos encontraram na tarde de domingo, 3, à deriva no rio Amazonas, próximo à entrada do Canal das Pedrinhas, o corpo de um homem que até à tarde de ontem continuava como desconhecido na geladeira da Polícia Técnico Científica (Politec) para onde ele foi removido para necropsia.

O corpo estava em avançado estado de decomposição. Após localizar o corpo, os ribeirinhos acionaram o Centro Integrado de Operações e Defesa Social (Ciodes) que enviou equipes do Corpo de Bombeiros, Politec e Polícia Militar para o local. O cadáver foi arrastado até a margem do canal onde foi feita a remoção.

A suspeita é de que o corpo seja de um homem que havia desaparecido durante viagem ao rio Vila Nova no dia 29 de julho. Parentes do desaparecido foram comunicados sobre o achado do corpo, e a Politec aguardava o reconhecimento visual. Porém, exames de DNA seriam feitos nos parentes para comprovar a identidade da vítima.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Angela Pappiani e os povos indígenas do Brasil no Supertônica

SÍTIO PORTAL EBC, 04.08.2014

No Supertônica desta terça-feira (5), Arrigo Barnabé conversa com a jornalista e escritora Angela Pappiani

Conheça nesta terça-feira (5), à meia-noite, no Supertônica, o trabalho da diretora da produtora Ikorê, jornalista e escritora, Angela Pappiani, que atua na elaboração e desenvolvimento de projetos artísticos e culturais, especialmente em cultura e arte indígena.

"Essa relação do Brasil com o povo indígena é muito estranha", diz Angela Pappiani. Ela produziu programas de rádio, CDs, documentários, livros, exposições e performances. Entre suas publicações estão os livros 'Wamreme Za'ra Nossa Palavra - Mito e história do povo Xavante' e "Entre Dois Mundos", uma história de superação e amizade vivida por meninos do povo Xavante, na década de 1970, e recriada por Angela.

Acompanhe o Supertônica, às terças-feiras, à meia-noite, na MEC FM Rio.

Produtor
Júlio de Paula



Cinema e Direitos Humanos na Justiça Rápida Itinerante

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 04.08.2014

Durante os atendimentos à população ribeirinha do Baixo Madeira, a equipe da Justiça Rápida Itinerante tem desenvolvido, desde o primeiro dia da operação, em Demarcação, exibições de filmes com temáticas dos direitos humanos. As exibições foram pensadas pela coordenadora da Justiça Itinerante, juíza Sandra Silvestre, e pelos profissionais do setor de Comunicação do Tribunal de Justiça, como uma forma de esclarecer às pessoas quanto aos seus direitos fundamentais, aos que dizem respeito à dignidade humana. Entre os filmes, curtas sobre a lei Maria da Penha e os direitos das crianças e dos adolescentes.

“Uma mostra voltada para a temática dos direitos humanos coloca as pessoas em contato com obras do cinema local e universal que contribuem com a formação do ser humano, além de ser um instrumento poderoso de educação, principalmente com o público que queremos atingir”, analisa Sandra Silvestre.

Com a ação, o Judiciário reforça a importância do cinema como um conjunto das atividades audiovisuais que formam um setor estratégico para o desenvolvimento cultural e econômico de um país. Grande parte da comunidade não tem acesso às salas de cinema. Seja pela falta da mesma, pelo preço dos ingressos, pela concorrência com a televisão ou mesmo pela distância de sua residência. “Daí a necessidade de se criar oportunidade de exibir filmes em mostras culturais, com estrutura democrática e compromisso ético, sobretudo com os valores regionais, fomentando com isso a diversificação de visões das comunidades”, explica Adriel Diniz, servidor do Judiciário, que coordena as ações de comunicação social.

O objetivo é ampliar as reflexões sobre os Direitos Humanos através da sétima arte, o cinema, oferecendo de maneira atrativa informações e expressões artísticas sobre os direitos fundamentais dos cidadãos e depois relacionar essas temáticas com palestras promovidas pela magistrada.

Em Demarcação os filmes foram exibidos numa igreja. Em seguida foi feita uma reunião com as mulheres, na qual foram discutidas várias questões relacionadas à realidade delas. “A cidadania garantida com a operação Justiça Rápida Itinerante, a qual concretamente soluciona conflitos e promove a paz social, ganha atributos mais abstratos, porém não menos importantes com a realização de um projeto que alimenta a necessidade de conhecimento”, diz a juíza.

Em Calama, ocorreram sessões nos dois dias da operação, na igreja católica e no clube da associação dos produtores rurais, a última com grande participação tanto das mulheres quanto das crianças. Os resultados obtidos nos primeiros dias de exibição são excelentes, segundo a magistrada. Para ela, o projeto tem grande impacto, pois se funda em razões econômicas e humanistas, com o propósito de criar valores coletivos capazes de ordenar a vida social. Prioritariamente serão beneficiadas com a exibição dos filmes as comunidades ribeirinhas que passam por momentos difíceis após a enchente do Rio Madeira.



Programa Segundo Tempo realiza atividade na Vila Olímpica Indígena de Dourados
SÍTIO AGORA MS, 04.08.2014

Cerca de 40 crianças e adolescentes participaram de atividade esportiva realizada na Reserva Indígena do Jaguapirú, desenvolvido pela coordenadora e monitora do PST (Programa Segundo Tempo) por meio da Prefeitura Municipal em parceria com o Ministério dos Esportes do Governo Federal.

De acordo com informações de Ana Paula Moreira, em dois períodos, crianças e adolescentes com idade de seis a 17 anos das aldeias Bororó e Jaguapirú, sob o comando das professoras em educação física Kátia Regina Ribeiro da Silva coordenadora do núcleo da Vila Olímpica e da monitora Bárbara Carminatti, disputaram as competições na modalidade arremessos de martelos adaptados.

Anteriormente a esta atividade, as professoras também vem nos últimos dias desenvolvendo provas de atletismos como salto em distâncias; de 100 e 200 metros rasos; arremessos de dardos adaptados entre outras modalidades esportivas individuais.

Em todas as atividades vale lembrar que após o encerramento as crianças e os adolescentes são servidos com um lanche como reforço alimentar.

Visitas

Por outro lado, Ana Paula conta que na semana passada ela e Dejacir Machado, que atua como um dos interlocutores do SICONV (Sistema de Convênios) do Governo Federal em Dourados, visitaram todos os 16 núcleos do Segundo Tempo.

Na oportunidade, a visita, segundo ela, era para acompanhar de perto os trabalhos pedagógicos que estão sendo feitos pelas coordenadoras e suas respectivas monitoras. "Nessa nossa visita pudemos observar que os trabalhos desenvolvidos pelas coordenadoras e pelas monitoras estão satisfatórios; estão dentro da proposta que é solicitada pelo programa", disse Ana Paulo.

O programa Segundo Tempo de Dourados tem como coordenadora-geral Marinete Nelvo Nunes, e os polos foram implantados pelo município para atender as crianças e os adolescentes, maioria deles de famílias de baixa renda.

Em todos os polos do programa constam também as aquisições e distribuições de reforço alimentar; prestação de contas por se tratar de um programa que é mantido por verba do Governo Federal assim como contratações de profissionais e de estagiários.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Marinete Nunes conta que o programa que é um convênio entre o Governo Federal e Prefeitura Municipal já vêm beneficiando cerca de mil e 600 jovens entre crianças e adolescentes, maioria delas de famílias de baixa renda, distribuídas em 16 pólos, sendo dois na reserva indígena e quatro nos distritos.



Seções eleitorais são instaladas em aldeias isoladas no Amazonas

SÍTIO O NORTÃO, 04.08.2014

Antes, indígenas enfrentavam 20 dias de viagem para votar nas eleições. Novas seções eleitorais ficam situadas na Região do Vale do Javari.

Eleitores indígenas que enfrentavam até 20 dias de viagem em pequenas canoas para votar em áreas urbanas no Amazonas poderão participar das eleições nas próprias comunidades. Neste ano, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM) concluiu a instalação de seis novas seções eleitorais em aldeias indígenas na Região do Vale do Javari. Os novos locais de votação vão atender a cerca de 1.200 eleitores índios de cinco etnias. Atualmente, o órgão trabalha no planejamento logístico para definir o esquema de envio de urnas eletrônicas para localidades distantes no estado.

Até pleito de 2012, apenas duas seções eleitorais atendiam aos eleitores em aldeias indígenas, nas comunidades de Palmeiras do Javari e Estirão do Equador. Para votar, os índios precisavam se deslocar das aldeias para o município de Atalaia do Norte, localizado a 1.136 Km de distância de Manaus.

Somente no trajeto de ida, os grupos de indígenas demoravam até 20 dias navegando em pequenas embarcações por rios da região para chegar até a área sede do município. Segundo o TRE-AM, eles também enfrentavam mais 20 dias para retonar às aldeias.

José Renato Crespo, assessor de Planejamento Estratégico do TRE-AM, explicou que os indígenas se deslocavam com destino à cidade acompanhados de familiares, o que gerava problemas acomodação. "Cada família é de três ou quatro filhos. Com isso, aumentava para três ou quatro mil o número de pessoas que chegava, simultaneamente, para votar na sede do município. A cada eleição era um transtorno com acomodação e deslocamento. Era muito sacrificante para os indígenas, daí a necessidade de criação dessas novas seções", justificou Crespo.

O TRE-AM informou que iniciou, em junho de 2013, as articulações com a Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) para a elaboração de projeto para a implantação das novas seções.

Inicialmente, estava prevista a instalação de cinco novos locais de votação nas aldeias Remansinho, São Luís, São Sebastião, Vida Nova - que concentra maior número de eleitores - e Lobo. No entanto, houve necessidade de criação de uma sexta seção, que foi instalada na aldeia Paraíso. Os locais beneficiados neste ano ficam situados nas áreas do Alto dos Rios Javari e Itacoari.

"Fizemos o levantamento dessa quantidade de indígenas que poderia ser atendida e se atingia
CONT.



o número mínimo de 50 eleitores, que são necessários para criar uma seção eleitoral. Utilizamos informações de geoprocessamento das aldeias para saber a exata localização das comunidades", explicou o assessor.

O processo de implantação das seções eleitorais começou em dezembro do ano passado e foi concluído em março de 2014. "No ato da implantação fizemos a mudança de endereço dos eleitores e confecção dos títulos e alguns índios procuraram o cartório eleitoral em Atalaia do Norte para fazer a mudança. Fizemos um trabalho conjunto porque não é possível apenas a justiça eleitoral fazer isso. Contamos com o apoio importante da Funai e Sesai", informou José Renato Crespo.

A previsão é que as seis novas seções beneficiem eleitores indígenas das etnias Matis, Maiurunas, Marubos, Colinas e Canamaris. O número representa 20% do eleitorado de Atalaia do Norte, que, ao todo, conta com seis mil eleitores. "Não parece um número expressivo, mas é. Os índios ficaram extremamente satisfeitos com a medida", enfatizou o representante do órgão.

Logística

O Planejamento Logístico das Eleições de 2014 no Amazonas está sendo finalizado pelo TRE-AM. Entretanto, o órgão informou que quatro voos de helicópteros serão utilizados para levar urnas eletrônicas ao interior.

Os novos locais de votação contarão com os pontos de transmissão, o que permitirá o envio de dados (votos) para a Central do Tribunal Regional Eleitoral logo após o encerramento do pleito. "Juntamente com as urnas eletrônicas, irão técnicos de transmissão. Sem os pontos de transmissão teríamos que esperar as urnas chegarem no dia seguinte das eleições para conseguir computar os votos", explicou José Renato.

O TRE-AM informou ainda que presidentes da mesa de votação nestes locais serão funcionários da Funai ou Dsei. Já os mesários, serão integrantes das próprias comunidades. "Essa medida visa se ter uma garantia de que tudo irá funcionar e evitar dificuldades com emissão da zerésima, ligação da urna e encerramento da votação", concluiu o assessor de planejamento.

Autor: G1/AM

Fonte: G1/AM



Economia :: Projetos sociais ganham força em plataformas de financiamento coletivo na internet

SÍTIO AGROSOFT, 04.08.2014

Há quatro anos, o crowdfunding --- ou financiamento coletivo --- chegou ao Brasil e se tornou uma forma ágil e eficiente de dar vida a projetos culturais. Diferentemente do que muitos céticos previam, o modelo continua em plena expansão, mas agora em novo viés: projetos sociais. Hoje, é possível apoiar desde uma ação da ONG Expedicionários da Saúde, que arrecadou R\$ 34 mil para levar atendimento médico à população indígena do Parque do Xingu, até o escritório Teto, que já construiu 41 casas em comunidades cariocas.

Créditos: Divulgação / Márcio Machado

"O crowdfunding está ultrapassando aquele momento inicial, de financiamento de projetos de artistas viabilizado por fãs, para ganhar um sentido mais comunitário, com pessoas se reunindo para alavancar projetos de impacto social" descreve o coordenador do Núcleo de Economia Criativa da ESPM Rio, Rodrigo Carvalho. "O modelo não está nem perto de se esgotar. Pelo contrário, a tendência é que ele atinja cada vez mais gente, com projetos mais ambiciosos."

Um indicativo desse potencial são os números grandiosos do mercado mundial da economia colaborativa. Apenas o Kickstarter, maior portal do gênero no globo, ultrapassou, em março de 2014, a marca de US\$ 1 bilhão arrecadados de 5,7 milhões de pessoas que ajudaram 135 mil projetos. Enquanto isso, no Brasil, os sites Catarse, Benfeitoria e Juntos, que formam a maior parte do mercado, somam quase R\$ 21 milhões para 1.388 ações.

"Os números mostram que estamos apenas no começo. Nos Estados Unidos, onde US\$ 87 milhões já foram arrecadados para 48 mil projetos, algumas arrecadações são concluídas em poucas horas" diz o professor Fabio Gallo, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

No financiamento coletivo, os colaboradores sempre ganham uma recompensa, seja uma camiseta, um adesivo, uma bolsa ou apenas a satisfação de ver a ação concretizada. Firme nesse propósito, o maior portal do Brasil, o Catarse --- que, sozinho, arrecadou R\$ 18 milhões em quatro anos de atuação --- não aceita projetos lançados por alguém em benefício próprio.

"Não aceitamos campanhas que buscam, por exemplo, financiar seu casamento, um iPhone novo ou a cirurgia da mãe" diz o fundador Felipe Caruso, em tom bem-humorado. "Apesar de acharmos essas causas válidas, temos essa regra: o projeto precisa promover um bem comum ou partir de uma ONG ou instituição de caridade que queira beneficiar indivíduos."

A ONG Soluções Urbanas, que há quatro anos reforma habitações degradadas no Morro Vital

CONT.



Brazil, em Niterói (RJ), usou pela primeira vez o financiamento coletivo para conseguir verba para a casa de Maria Alves da Conceição. A aposentada mobilizara fiéis da sua igreja a fim de juntar mil caixas de bebidas longa vida para a reforma, já que a ONG usa as embalagens como moeda de troca numa feira de materiais de construção. Mas, como os itens conseguidos não seriam suficientes, Mariana Esteves, presidente da Soluções Urbanas, teve a ideia de pedir R\$ 40 mil no Catarse. Conseguiu R\$ 42.498.

"Por conta da história pessoal, a capacidade de mobilização da Dona Maria era tão grande que pensei que um financiamento coletivo seria o método ideal" comenta Mariana, que, satisfeita, vai aplicar o modelo em outras ações da ONG. "Essa é uma estratégia interessante para atender famílias sem acesso a microcrédito ou obras de mutirão."

Casas, carroças, atendimento médico...

Presente em 19 países da América Latina, a ONG Teto, que também constrói casas em comunidades, chegou ao Rio no ano passado para atuar em Jardim Gramacho, Parque das Missões e Vila Beira-Mar. Já colocou de pé 41 casas para as famílias que perderam a fonte de sustento depois do fechamento do lixão de Duque de Caxias, sendo que as primeiras cinco delas só saíram da planta graças ao financiamento coletivo. Já o "Pimp My Carroça", que promove reformas das carroças de catadores de materiais recicláveis, já teve quatro edições: duas em São Paulo, uma no Rio e outra em Curitiba.

Para suprir a demanda de outras cidades, está sendo lançado, hoje, dentro do site Catarse, um canal que permite a pessoas em todo o país replicar a ação. Cada entusiasta que quiser fazer seu próprio "Pimp My Carroça" com um catador pode abrir um projeto de financiamento coletivo no canal e, assim, cobrir o custo de R\$ 500 de um kit --- com capa de chuva, camiseta com tecido refletivo, luvas e outros itens de segurança.

"Agora, poderemos democratizar o acesso dos catadores a condições básicas de trabalho, fora a melhoria na autoestima do profissional, que sai da posição de trabalhador marginalizado para se tornar alguém que recebe o apoio de dezenas de pessoas" analisa o idealizador do projeto, o grafiteiro Thiago Mundano, que discursará sobre seu trabalho na próxima edição do TED Global no Rio, em outubro.

As incursões dos grupos Expedicionários da Saúde e S.A.S. Brasil também são casos de sucesso no Catarse. Em abril, graças aos R\$ 34 mil coletados, a equipe de voluntários levou atendimento cirúrgico à população indígena do Parque do Xingu, no Norte do Mato Grosso. Já o projeto organizado pelos participantes do Rally dos Sertões, que carrega médicos, dentistas, atividades culturais e oficinas por onde a competição passa, parte para sua segunda campanha, no ar durante o mês de agosto. Desta vez, os produtores pedem R\$ 34 mil para a compra de um contêiner que servirá de consultório médico e odontológico e também como uma tela de cinema 3D.

Para Murilo Farah, fundador do site Benfeitoria, que já obteve mais de R\$ 1,6 milhão para 161 ações de impacto social em três anos de plataforma, o modelo de negócios ainda esbarra em limitações.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

"A maior barreira é o pouco acesso à web nas comunidades de baixa renda. Mesmo quando há internet, não há costume de compra on-line ou acesso a cartão de crédito. Isso impede que os próprios moradores financiem seus projetos e dependam das contribuições dadas pela classes média e alta. Enquanto esse tipo de financiamento não sair da bolha formada pelos jovens abastados, não vai alcançar todo o seu potencial."

FONTE

O Globo

Marina Cohen - Jornalista

Aécio promete guerra contra Custo-Brasil e defende mais segurança jurídica no setor
SÍTIO GLOBO RURAL, 04.08.2014

Presidenciável tucano diz que tratará questão indígena com autoridade e cumprindo a Constituição

Por Raphael Salomão, de São Paulo (SP)

|



Candidato à presidência afirma que precisa declarar "guerra" ao custo Brasil
(Foto: Eugenio Savio/ Editora Globo)

Os problemas do agronegócio brasileiro passam pela falta de competitividade e a insegurança jurídica. Foi o que disse, nesta segunda-feira (4/8) o candidato do PSDB à Presidência da República, Aécio Neves. Ele participou da abertura do 13º Congresso Brasileiro do Agronegócio, promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), em São Paulo (SP).

Com relação à competitividade, o presidenciável tucano defendeu que seja declarada uma "guerra" ao chamado custo Brasil, que afeta os ganhos do setor. Segundo ele, é preciso uma simplificação do sistema tributário do país e regras claras que garantam o retorno dos investimentos no setor, especialmente em áreas como a infraestrutura.

"A nossa agenda para o agronegócio é a da competitividade, da produtividade e da busca por novos mercados", disse Aécio, em tom de crítica ao governo.

O candidato à Presidência mencionou, entre os setores que sofrem com a falta de competitividade no Brasil, o de etanol. Disse que é preciso fazer um "resgate" da indústria do combustível à base de cana-de-açúcar. "Vamos discutir, inclusive, política de preços mínimos, para que o etanol possa resgatar sua capacidade competitiva", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Sobre a insegurança jurídica, disse que ela está “todas as áreas”. Questionado sobre como lidaria com discussões como a questão indígena e fundiária no país, um dos principais pontos de insegurança para o agronegócio, de acordo com lideranças do setor, disse apenas que o faria com “autoridade e liderança”, com o cumprimento da lei e da Constituição.

“O governo não vai se omitir nesses contenciosos. O que queremos é um ambiente seguro para a produção, compatibilizando com a questão ambiental e com os direitos indígenas. O que não podemos aceitar é a ideia de que a produção é inimiga da proteção ambiental.”



Emater emite documento de acesso a políticas públicas para indígenas de Cumaru do Norte

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 04.08.2014

Cem famílias indígenas da etnia Kaiapó, da aldeia Gorotire, em Cumaru do Norte, sul do estado, serão contempladas com a emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar-Pronaf (DAP), para fins de acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), também conhecido como Minha Casa Minha Vida Rural.

O documento está sendo emitido pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) e a previsão de entrega é até o final de agosto, para posterior assinatura de contrato com a Caixa Econômica. Na aldeia, distante cerca de 60 km da sede do município, as famílias praticam o extrativismo com enfoque na castanha do Pará e cultivam mandioca para subsistência. "A Emater está elaborando as DAP's mediante a solicitação da Fundação Nacional do Índio (Funai)", explica o chefe do escritório local da Emater em Cumaru do Norte, Leandro Gomes dos Santos.

Outras 30 DAP's estão sendo elaboradas pelo órgão estadual que beneficiarão famílias das comunidades de Versas, Hermínio Brito, Mate Verde e Araguaxim, com a finalidade de acesso ao crédito rural para incentivo à pecuária leiteira e piscicultura e a expectativa de entrega é em setembro. O documento também garante acesso a outras políticas públicas, como os programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de Aquisição de Alimentos (PAA) e ainda para aposentadoria.

Paula Portilho
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará



Quilombolas "hi-tech" apresentados na Expedição Alagoas terão exposição de autorretratos.

SÍTIO BOA INFORMAÇÃO, 04.08.2014

A comunidade quilombola Cajá dos Negros, retratada em reportagem da Expedição Alagoas, veiculada pela TV Pajuçara e pelo TNH1 na terça-feira passada (29), continua dando exemplo de inclusão digital em Alagoas.

Desde ontem, até o dia 13 de agosto, acontece por lá a exposição Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas, resultado das oficinas de fotografia digital realizada em dois finais de semana no povoado, localizado no município de Batalha, Sertão alagoano.

A mostra, com imagens da comunidade, está em cartaz no Telecentro Comunitário, na área central do povoado. O telecentro também foi cenário da reportagem da TV Pajuçara e TNH1, que revelou a familiaridade que está sendo adquirida entre quilombolas e a tecnologia.

Ao todo vinte e cinco participantes, entre crianças e adolescentes, produziram um conjunto fotográfico apresentando os aspectos culturais, sociais e o cotidiano do povo quilombola sertanejo. A exposição é composta de trinta fotografias, vinte e cinco imagens produzidas pelos participantes das oficinas e cinco que mostram o trabalho dos bastidores.

Durante a montagem da exposição, fotógrafos, visitantes e personagens fotografados não escondiam a emoção do encontro com as imagens impressas. Com 74 anos, Honorato Leite da Silva revelou a satisfação de se ver na foto produzida pela neta, Mickaelly Amabile. “A vida da gente é marcada por muitas passagens. Nasci e me criei aqui e nunca tinha vivido uma experiência dessas, estou muito feliz de ter sido lembrado e fazer parte da história do Cajá dos Negros”, disse.

O grupo produziu durante dois finais de semanas de oficinas na comunidade mais de três mil fotografias. Material que foi entregue em DVDs aos participantes. O cenário rural, a agricultura familiar, a produção leiteira, as serras, a vegetação, os animais e as pessoas, de todas as gerações, fazem parte do acervo fotográfico construído pelos participantes do projeto Autorretrato Nordeste.

“Acompanhei as atividades de perto e me emocionei muito quando vi todas as fotografias, ficou lindo! Gostei demais do resultado, mostrou que os participantes se dedicaram e foram capazes de produzir fotos bem feitas. A nossa comunidade está bem representada”, declarou Marivalda Leite da Silva.

Entre os participantes, a alegria generalizada pelo resultado. Carlos Eduardo afirmou sem modéstia que sua fotografia – um cavalo caramelo – era a mais bonita do conjunto. “Vou colocar a minha fotografia no meu quarto, quero olhar para ela todos os dias. Tenho um cavalo e gosto muito dele, como eu gostei desse retrato”, afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Ane Evelyn Pereira enfatizou o trabalho coletivo. “O que gostei, além aprender a usar a máquina e fotografar foi ver as fotos de todos do grupo montadas aqui no Telecentro, com as nossas famílias e amigos visitando, estou orgulhosa da minha comunidade e das pessoas que participaram do projeto”, revelou.

Patrocinado pelo Ministério da Cultura, o projeto foi contemplado Prêmio Artes Negra da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Mais informações na página retratonordeste.com.

Fonte: Assessoria



Projeto EJA Sorridente atende quilombolas e promove saúde bucal em Ubatuba
SÍTIO SEGS, 04.08.2014

Objetivos são a prevenção do câncer, noções de higiene bucal e orientações sobre os cuidados com a saúde da boca

O Projeto EJA Sorridente acontece em parceria entre as Secretarias de Saúde e Educação e promove a saúde bucal dos alunos do projeto Educação de Jovens e Adultos e das comunidades contempladas pela iniciativa.

Entre seus objetivos, estão a prevenção do câncer, noções de higiene bucal, orientações sobre os cuidados com a saúde da boca e encaminhamentos para unidades de referência para o tratamento e instalação de Próteses Totais ou Próteses Parciais Removíveis.

Entre abril e julho deste ano, foram visitados os EJAs do Quilombo do Camburi, da Picinguaba, das escolas Olga Gil (centro) e Prof. Silvino T. Leite (Marafunda).

Participaram do projeto aproximadamente 100 pessoas, que foram acolhidas, orientadas e encaminhadas para diferentes tratamentos odontológicos.

Sr. Genésio, morador símbolo do quilombo e representante da comunidade, recebeu os dentistas em sua residência e em breve estará de sorriso novo. "Agora vou receber os turistas com muito mais alegria", brincou.

Dra. Graça Gil, dentista do projeto, afirma ter ficado feliz por atender mais uma vez sr. Genésio. "Já atendia o sr. Genésio há muitos anos, mas infelizmente não tinha o suporte do Brasil Sorridente. Agora, poderemos fazer a prótese que ele tanto precisava", conta Gil.

"Fazer parte deste projeto é muito gratificante pessoalmente e profissionalmente. As pessoas ficam extremamente agradecidas pelo acolhimento e pelas orientações sobre a saúde bucal. É uma forma de busca ativa e o profissional vai até a comunidade e até o paciente. É um trabalho que nunca foi feito entre os adultos e idosos daqui. Ele melhora a auto-estima e desenvolve a cidadania", afirma o Dr. André Guimarães, um dos responsáveis pelo EJA Sorridente.



Retomada das mães ao seu tekoha: pela vida de seus filhos e filhas

SÍTIO CIMI, 04.08.2014

Cansadas de terem que enterrar os próprios filhos, cerca de 50 mulheres Kaiowá da Terra Indígena de Pindo Roky, no município de Caarapó (MS), iniciaram este mês um movimento que recebeu o nome de "Retomada das Mães". Estas mulheres, incluindo idosas e jovens, pintadas e trajadas com seus instrumentos tradicionais e munidas de muita espiritualidade e coragem, montaram novo acampamento na região que estabelece a divisa da Terra Indígena de Pindo Roky, já delimitada, e a propriedade de um fazendeiro conhecido pelos indígenas como "boliviano". As mães, juntamente com seus familiares, passam a retomar mais 30 hectares pertencentes ao território tradicional e ancestral dos Kaiowá, que ainda encontra-se indevidamente empossado pelo fazendeiro.

Marcando a entrada do acampamento estabelecido na nova retomada, uma cruz de madeira repousa solitária, simbolizando o motivo pelo qual as mulheres não quiseram e nem puderam mais permanecer caladas. A cruz marca o ponto onde o corpo do adolescente Denílson Barbosa, de 15 anos, foi encontrado em fevereiro de 2013. Denílson foi assassinado com um tiro à queima-roupa pelo fazendeiro Orlandino Carneiro Gonçalves, 61, enquanto pescava com o irmão de 11 anos e o cunhado.

A cruz foi colocada ao lado de uma estrada vicinal, onde, assim como Denílson, varias pessoas já foram encontradas mortas e deixadas ao relento, quando não, jogadas dentro de um córrego que corta a área indígena, tendo que ser posteriormente enterradas pelas mãos e lágrimas dos próprios familiares.

Espalhadas nas encostas de um mato, uma dezena de barracas improvisadas servem de moradia para estas mulheres e crianças que enfrentam tanto as dificuldades da falta de alimentação quanto ameaças do fazendeiro e de seus jagunços, que prometem despejá-las da forma que for necessária a qualquer momento. "Aqui só temos alimento uma vez por dia, então tem que escolher se vamos comer de manhã ou à noite. E nossas crianças só comem quando vão pra escola. [...] Mas a gente fica com medo mesmo é do fazendeiro, que sempre ameaça a gente, dizendo que ele mais os homens dele vão tirar todo mundo daqui a força", diz uma das mulheres, que aqui preservamos o nome por questões de segurança.

As condições em que vivem os indígenas da aldeia de Pindo Roky foi também um forte motivo que encorajou as mulheres a se movimentar. Segundo elas, enquanto a violência direta dos confrontos tira a vida dos seus filhos e filhas, a demora para finalizar os processos de demarcação da terra de Pindo Roky por parte do governo federal acirra os conflitos e mantém a comunidade indígena em situações desumanas de vida. Sem ter onde plantar, uma vez que não têm acesso pleno a terra, passam fome, e precisam esperar pelas cestas básicas providas pela Funai, cujo atraso da entrega tem durado meses. Sem a mínima estrutura hidrosanitária, convivem com doenças e não têm sequer acesso a água de qualidade, tendo que, para saciar a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

sede, coletar a água da chuva que fica acumulada nas beiradas dos barracos habitados. Nessas condições, onde a violência se apresenta morando sempre ao lado, se manifestando de forma direta e indireta, as retomadas não são somente um ato de coragem e bravura ou a "intolerância" de um povo que decide por não esperar os procedimentos legais. As retomadas muitas vezes são a única saída que os povos indígenas encontram para conquistarem os seus direitos constitucionais desrespeitados cotidianamente.

Cimi - Regional Mato Grosso do Sul



Carta Final do Encontro de Formação de Lideranças em Rondônia

SÍTIO CIMI, 04.08.2014

Encontro conta com a presença de diferentes etnias de Rondônia e Mato Grosso. No evento, indígenas denunciaram a execução de grandes empreendimentos pelo governo federal como: hidrelétricas, estradas e hidrovias e os projetos de lei anti-indígenas em tramitação no Congresso Nacional.

Confira na íntegra a carta final do encontro:

Nós povos indígenas Karitiana, Kithaulu, Tawandê, Mamaindê, Aikanã, Manduca e Kwazá oriundos dos estados Rondônia e noroeste do Mato Grosso, reunidos no "Encontro de formação de lideranças", de 29 a 31 de julho 2014, Casa de Encontro Piracolino, na cidade de Vilhena-RO, vimos que a atual conjuntura indigenista se encontra em um momento muito delicado e desfavorável as conquistas dos povos indígenas. Direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 são descaracterizados, devido ao avanço dos empreendimentos, como: rodovias, hidrovias, hidrelétricas, linhão, REDD, agropecuária, agronegócio e outros, que violam aos direitos indígenas, tudo isso, em vista do capital econômico.

Muitos desafios se apresentam na atualidade para os povos indígenas e aliados, dentre eles destacamos: continuar e ampliar a mobilização política, cumprimento e efetivação do direito dos povos indígenas a terem suas terras reconhecidas, demarcadas e protegidas e a criminalização de lideranças e povos indígenas.

Discutindo, avaliando e refletindo sobre os problemas que nos atingem, expomos nossas angustias, preocupações e violências vivenciadas diariamente por nossas comunidades e territórios tradicionais, no que se refere:

Saúde

01 - Constatamos mais uma vez que a falta de um atendimento diferenciado tem provocado a morte de muitas crianças, gestantes e idosos, que são os mais vulneráveis e vítimas deste atendimento.

02 - Muitos pacientes da região de Vilhena, Comodoro, Chupinguaia, Parecis são transferidos para Porto Velho para atendimento mais especializado, mas são impedidos de trazerem acompanhantes. O caso fica mais dramático quando isso ocorre com mulheres que não sabem falar o português.

03 - Continua a demora do atendimento nos hospitais e Casai. Isso tem provocado complicações na saúde dos pacientes levando em alguns casos o óbito de parentes.

CONT.



04 - As estruturas das Casas de Saúde Indígena são precárias. Faltam equipe médica, medicamentos, equipamentos e formação específica dos profissionais envolvidos. Também faltam medicamentos básicos nos postos de saúde das aldeias. Algumas aldeias ficam muito distantes e são de difícil acesso. Por isso, não é possível, pelo menos nesses casos, exigir receita médica para o fornecimento de medicamentos para uma simples dor de cabeça ou diarreia.

05 - Que o estado de Rondônia e Mato Grosso contemplem em seu orçamento recursos para o atendimento à saúde indígena; que a Sesai firme convênio com o Estado para atendimento especializado e de alta complexidade a pacientes indígenas.

06 - Seja implantada radiofonia em todas as aldeias.

07 - Seja permitida a entrada dos indígenas que vem de suas aldeias visitar os pacientes, independente do horário estabelecido pela Casai.

08 - Quando pacientes são trazidos pelos veículos das comunidades, os mesmo sejam atendidos imediatamente independente dos horários estabelecidos pela Casai

09 - Que os pacientes e acompanhantes não fiquem nas casas de atendimento de saúde indígena à espera de passagem após receberem alta médica.

Educação:

01 - Exigimos a imediata implementação da Lei 578/10 que criou o cargo de magistério público indígena e quadro administrativo, notadamente no que se refere ao concurso público para esses cargos e às nomeações previstas nos artigos 41 e 42 desta Lei.

02 - Que haja participação ativa dos povos indígenas na política de educação escolar indígena, na gestão das ações e no controle social;

03 - Regularização das escolas indígenas, considerando suas especificidades;

04 - Implantação do projeto do sexto ao nono ano e Ensino Médio em todas as Escolas Indígenas de Rondônia e Mato Grosso;

05 - Agilidade na construção de escolas indígenas adaptadas à realidade local, com estrutura física que garanta seu bom funcionamento;

06 - Garantir o atendimento pedagógico nas escolas indígenas.

07 - Que haja veículos para atender a demanda da educação escolar indígena.

08 - Que sejam conservadas as estradas dentro das terras indígenas para o transporte dos alunos e comunidade, em Rondônia e Mato Grosso.

CONT.



09 – Que haja distribuição regular nas escolas indígenas de Rondônia e Mato Grosso.

Terra

1 - Reconhecimento do povo indígena Guarassungwe da região de Pimenteiras-RO;

02 - Conclusão imediata do GT da Terra Indígena Pirineu de Souza (Casa de Rondon – Vilhena), morcegal (caverna sagrada) e patuazal, imediata demarcação das terras indígenas Mamaindê, Tawandê e Idalamarê (Comodoro MT);

03 - Revisão de limites da TI Vale do Guaporé, município de Comodoro-MT, para incorporar a região da Lagoa dos Brincos, Bambu e Barreira do Arara (lugar sagrado de reprodução dos animais) onde está localizada a Fazenda Maringá, mas é área tradicional do povo Mamaindê;

04 – Exigimos interdição imediata e a criação do GT para demarcação do Território Tradicional do Povo Aikanã, na Região do Rio Pimenta, onde estava localizada a aldeia do Capitão Tapu e que hoje está sendo desrespeitado pelos fazendeiros a memória dos antepassados, com a exposição dos restos mortais de nossos parentes.

05 – Retirada dos madeiros e outros invasores dos territórios indígenas.

Grandes projetos do PAC:

Todos os grandes empreendimentos em execução e os previstos para esta região atingem de uma ou outra forma nossos territórios indígenas. Esse modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo não respeita as populações tradicionais e o meio ambiente. Estamos vendo nossas terras ou o seu entorno sendo invadidos por PCHs, hidrelétricas, estradas. Nossos direitos constitucionais não estão sendo respeitados, em nome de um suposto progresso que só beneficia grandes grupos econômicos e que atentam contra a nossa integridade física e cultural e afeta nossa dignidade humana.

Citamos como exemplo de violência que nossos povos e territórios estão sofrendo:

01 - As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) do Cascata, no Rio Pimenta Bueno atinge a terra indígena Tubarão Latundê, em Chupinguaia, construída em cima de três cemitérios antigos e afeta o território tradicional dos povos Aikanã, Cassupá, Salamã e Kwazá;

02 - Não permitiremos que outras grandes obras como as hidrovias e a ferrovia transcontinental afetem, de uma ou outra forma, nossos territórios.

03 – Denunciamos os estudos para construção da pequena central hidrelétrica que atingirá as terras indígenas: Nambikwara e Pirineus de Souza.

Projetos Legislativos no Congresso Nacional

Além de todos estes empreendimentos projetados para essa região de Rondônia e Mato

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Grosso, que afetam nossos territórios, o Congresso Nacional, através de sua bancada ruralista e evangélica, tem proposto uma série de Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e Projetos de Lei (PL) que rasgam nossos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988; que nos desrespeitam como seres humanos, que ferem nossos territórios sagrados e que afrontam a nossa dignidade humana.

Citamos alguns desses projetos: PEC/215/2000 - transfere para o Congresso Nacional a competência para demarcar Terras Indígenas e as que ainda não tiveram seu processo demarcatório concluído. PEC 237/13 - permite a posse de Terras Indígenas por produtores rurais, através de concessão da União. PL 1610/96 que regulamenta a mineração em Terras Indígenas.

Portaria 303/12 da Advocacia Geral da União- interpreta de forma abrangente, errônea e arbitrária as condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, estendendo a aplicação dessas condicionantes a todas as Terras Indígenas.

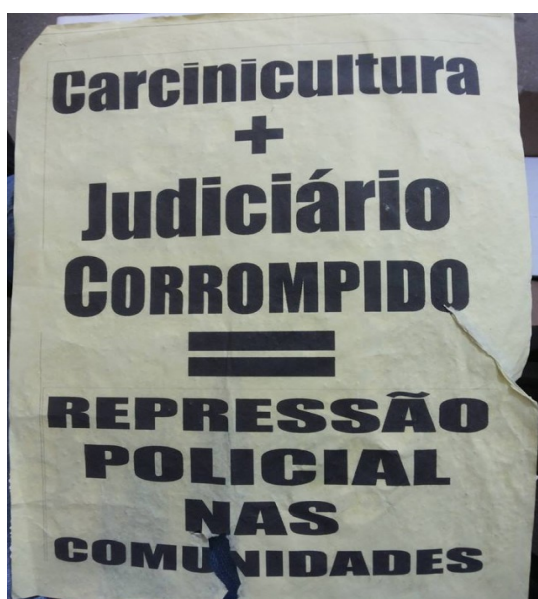
Existem ainda outras afrontas como a PEC 38/99, a Portaria MJ 2498/11, a Portaria Interministerial 419/11, Portaria 14/2014 – Ministério da Justiça, PEC 416/14 que entre outras, que reduzem nossos direitos.

Diante de tudo, renovamos nossa indignação e nossos protestos e exigimos respeito aos nossos direitos tão duramente conquistados pela Constituição Federal de 1988 e Convenção 169 da OIT, e hoje ameaçados pelos que exploram nossa terra.

Vilhena, 31 de Julho de 2014.

CE – Judiciário de Aracati abre investigação contra padre e moradores do Cumbe para explicarem cartaz e livro das novenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.08.2014



O Poder Judiciário, por meio dos juízes e juízas da Comarca de Aracati, abriram uma investigação policial completamente descabida contra algumas pessoas da Comunidade do Cumbe e contra o Padre Júlio, pároco da região.

O procedimento com claro teor intimidatório é para averiguar e identificar quem colou um cartaz num poste em frente ao Fórum local com os seguintes dizeres: "CARCINICULTURA + JUDICIÁRIO CORROMPIDO = REPRESSÃO POLICIAL NAS COMUNIDADES", bem como para explicar o conteúdo do livro das novenas de Maio distribuído nas comunidades da região, intitulado "Com Maria rezando a vida das comunidades".

Tanto o cartaz quanto o livro das novenas fazem alusão à decisão da juíza da 1ª Vara da Comarca de Aracati (processo nº 11578-56.2013.8.06.0035), na qual autorizou o uso de força policial na comunidade do Cumbe para reintegrar na posse uma área requerida por um dos carcinicultores locais.

Tal ação policial, realizada pelo COTAR, no dia 12 de março de 2014, agiu desproporcionalmente, utilizando armamento menos letal, como balas de borracha e bombas, além de destruir a criação de ostras dos pescadores e pescadoras.

Diante desse fato, a Paróquia Nossa Senhora do Rosário e os movimentos sociais resolveram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

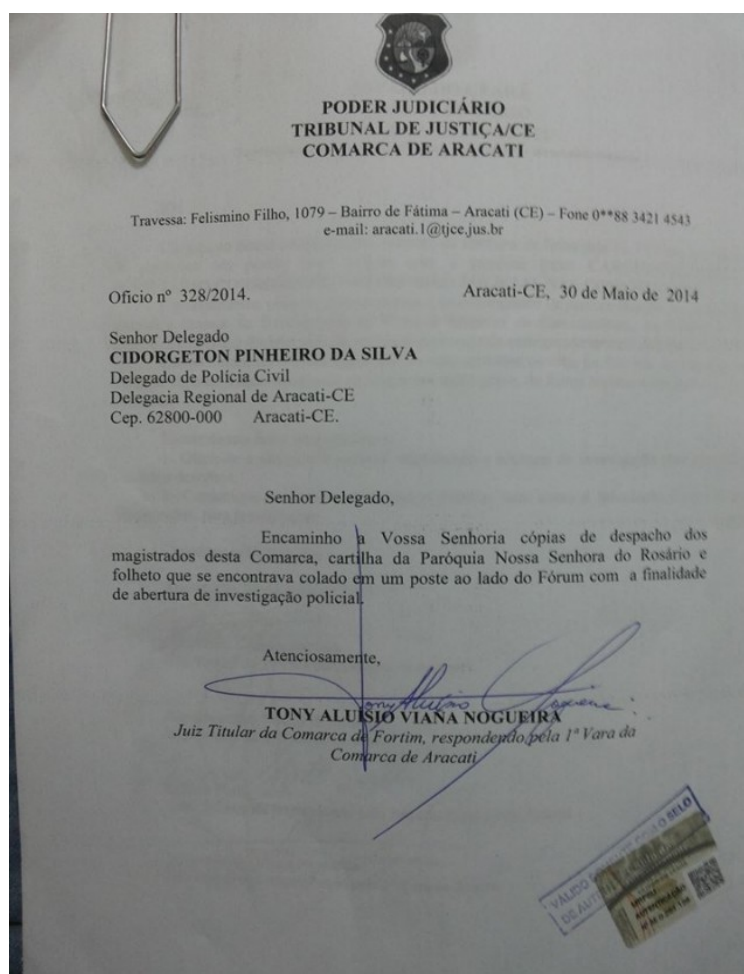
organizar o seminário "Carcinicultura: desenvolvimento para quem?", realizado dia 24 de maio deste ano, para discutir os impactos da atividade na região.

Assim, para intimidar e tentar criminalizar novamente os lutadores do povo, o João do Cumbe, João Paulo e o Padre Júlio foram notificados a comparecerem à Delegacia Regional de Aracati para se explicarem sobre o livro das novenas, bem como o referido cartaz. O depoimento do Padre Júlio está marcado para o próximo dia 06/08, às 10h naquela delegacia.

Não podemos tolerar tal postura inquisitorial do Judiciário, em especial pelo fato de o conteúdo da cartilha e do cartaz fazerem uma crítica saudável a este Poder, bem como estarem dentro da sua liberdade de expressão.

Questionar não é crime. Lutar não é crime!

Todo apoio ao Padre Júlio, João Do Cumbe e João Paulo!





Governo não demarca terras indígenas em Estado recordista em violência

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.08.2014

Sem terras homologadas desde 2009, MS registrou 102 assassinatos e 174 suicídios de indígenas nos últimos três anos

IG

Apesar dos números alarmantes de violência contra indígenas em Mato Grosso do Sul, o governo da presidente Dilma Rousseff ainda não homologou nenhuma demarcação de terra no Estado em quase quatro anos de mandato. Dilma assinou as 11 homologações, feitas entre 2011 e 2013, apenas no Norte do País, a despeito de esta região não concentrar nem metade da população indígena brasileira e de os maiores conflitos estarem localizados em outras áreas brasileiras.

De acordo com dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), nos três anos analisados do governo atual houve um total de 164 assassinatos de índios no País, sendo mais de 60% – 102 – apenas em Mato Grosso do Sul, Estado com cerca de 67 mil indígenas que se notabiliza pelos mais violentos conflitos por terra envolvendo as etnias e empresários/proprietários ligados ao agronegócio – plantio de soja, milho e cana-de-açúcar – e à pecuária. Nos últimos 11 anos, 349 foram mortos só no Estado, o que ajudou a elevar sua média de homicídios para 31 a cada 100 mil habitantes. Dilma assinou as 11 homologações, feitas entre 2011 e 2013, apenas no Norte do País, a despeito de esta região não concentrar nem metade da população indígena brasileira e de os maiores conflitos estarem localizados em outras áreas brasileiras.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) e o governo não se pronunciaram a respeito das causas que levaram a esses números, mas especialistas ouvidos pelo iG afirmam que a falta de demarcação de terras é o principal fator para explicar a violência.

“Como me definiu recentemente uma liderança de Dourados (MS), a paralisia nas demarcações torna as reservas uma bomba-relógio. A superlotação em lugares como esses faz com que os problemas se acumulem”, afirma Spensy Pimentel, professor de Etnologia Indígena da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), de Foz do Iguaçu (PR). “Para que se tenha uma ideia, só na Terra Indígena (TI) de Dourados nascem cerca de 500 crianças por ano. Não há cesta básica e programa social que resolvam esse problema. A solução é demarcar as terras, direito garantido pela Constituição de 1988.”

A maior parte das vítimas é da etnia Guarani-Kayowá, atualmente composta por quase 50 mil pessoas em Mato Grosso do Sul e que ocupa, efetivamente, 50 mil hectares de área, divididos em pequenos espaços de terra – a maior densidade populacional, na Reserva Indígena de Dourados, possui 13 mil indivíduos dividindo apenas 3,6 hectares de terra. A própria Funai classifica a situação como de confinamento, o que acirra a violência.

CONT.



O problema também contribui para o aumento de suicídios entre os índios, muito maior do que a média nacional: nos últimos 13 anos, 684 casos foram registrados, quase o triplo do período entre 1986 e 1987, quando ocorreram 244 mortes dessa forma. A situação é especialmente elevada no recordista Mato Grosso do Sul, que só no ano passado registrou 73 suicídios – 72 deles cometidos por Guarani-Kayowá, sendo 13 na reserva de Dourados.

Presidente do CIMI, o bispo [?] Erwin Kräutler afirma que a falta de procedimentos de demarcação escancara graves consequências à vida das comunidades. “O governo federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas que não têm assegurada a posse de suas terras e também age de modo conivente diante das invasões e da depredação dos recursos naturais, além de ser omissor nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar, proteger e assegurar o usufruto das terras pelos povos indígenas”, diz em relatório.

“São os direitos econômicos que, infelizmente, têm prevalecido sobre os que os índios têm sobre a terra”, avalia o filósofo Roberto Liegott, missionário da entidade há mais de duas décadas. “E essa situação de grande contingente populacional e pouca área para subsistência só colabora para essa violência, como no caso escancarado dos Guarani-Kayowá. Há ampla prevalência de comunidades vivendo acampadas nas margens de rodovias, sem terras para plantar ou mesmo para viver, esperando que o poder público demarque, o que não acontece.”

Por mais que os governos antecessores tenham homologado terras em outras regiões que não a Norte do País – onde, com uma população de 305.873 índios, se concentram 98,6% das áreas oficialmente indígenas no País (total de 820 mil indígenas) –, as demarcações no Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste são negligenciadas há tempos por eles, com quedas claras ano após ano. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por exemplo, foram 109 terras homologadas, sendo 34 nessas quatro regiões; no segundo, 32, 17 em regiões fora do Norte. Luís Inácio Lula da Silva (PT), por sua vez, homologou 65 terras em seus primeiros quatro anos de governo, 42 do Norte, enquanto, nos últimos quatro anos, apenas 19, 13 delas no Norte e apenas uma no Centro Oeste – a última na região, em 2009.

Em nota enviada ao iG, o Ministério da Justiça defende a política indigenista, afirmando que o “Estado brasileiro regularizou, até junho de 2014, 400 terras indígenas destinadas à ocupação tradicional de diferentes povos, o que corresponde a aproximadamente 105 milhões de hectares – cerca de 12% do território nacional”. No entanto, não esclarece o motivo para o governo Dilma ter paralisado os processos, apenas afirmando que, junto à Funai, tem realizado nos últimos anos “esforços para a regularização das terras indígenas localizadas fora da Amazônia Legal, em áreas onde se concentram altos índices de confinamento territorial de indígenas”.

Para o professor Pimentel, o posicionamento do governo escancara uma incapacidade em lidar com a questão dos índios, bem como uma descontinuidade na atenção dos governos aos problemas a eles relacionados. “Da forma como funciona hoje o nosso sistema político, o governo está no colo dos ruralistas, está de mãos atadas”, avalia ele. “Não é à toa que vemos no País inteiro dezenas de grupos tentando recuperar suas terras por meio de ocupações, já que não os meios institucionais não têm funcionado. É algo necessário, pois, para as lideranças, para os xamãs, o remédio para solucionar a questão da violência é muito claro: a recuperação das terras.”



MPF abre inquéritos para combater ameaças de degradação ambiental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Região de Guajará-Mirim possui a última grande área preservada de Rondônia, mas unidades de conservação carecem de plano de manejo e fixação das zonas de amortecimento

O Ministério Público Federal (MPF) em Guajará-Mirim instaurou quatro inquéritos civis públicos para acompanhar a elaboração do plano de manejo e a fixação das zonas de amortecimento em unidades de conservação federais. São elas: Parque Nacional da Serra da Cutia e reservas extrativistas Barreiro das Antas, Rio Cautário e Rio Ouro Preto. A Resolução Conama nº 428/2010 estabeleceu que as unidades de conservação federais devem ter entre 2 e 3 mil metros de área de entorno. O prazo para que isto seja estabelecido efetivamente é até 2015.

O procurador da República Daniel Dalberto explica que a região de Guajará-Mirim é a última grande área preservada no Estado de Rondônia e exatamente por isso sofre pressões de toda espécie. "No trecho Porto Velho – Guajará-Mirim, é comum vermos caminhões transportando toras de madeira, matéria objeto de inquérito investigativo específico". O MPF vai investigar e adotar providências para combater ameaças de degradação ambiental nas unidades de conservação, em parceria com o ICMBio.

Dalberto acrescenta que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento predatório em andamento. "O desmatamento das três últimas décadas em Rondônia dizimou a maior parte da cobertura vegetal do Estado, causando extinção de muitas espécies da flora e da fauna, além de desequilíbrio ambiental e climático. A população de Rondônia sofreu e ainda sofre os efeitos da cheia histórica deste ano, enquanto isso, no Sudeste é gravíssima a situação da seca e falta de água potável. É preciso compreender que tudo está interligado e quando ocorrem os problemas ambientais a conta é paga por todos, principalmente pelos mais pobres".



Em tempos de eleição demarcações continuam paralisadas e comunidades indígenas desassistidas

SÍTIO CIMI, 05.08.2014

Por Roberto Antonio Liebgott
Cimi Sul-Equipe Porto Alegre

Em ano eleitoral as barganhas políticas são as regras. Nada deve comprometer os acordos, conchavos, apoios e os financiamentos públicos e privados para as candidaturas políticas. Essa estrutura é tão perversa que inviabiliza as possibilidades de que pessoas sérias e comprometidas com as causas sociais disputem eleições. A regra, portanto, impõe o atrelamento de questões econômicas e sociais à politicagem. Nesse sentido, a presidente da República Dilma Rousseff – juntamente com seu partido político – optou por paralisar os procedimentos de demarcação das terras indígenas e quilombolas, e o fez para não desagradar certos setores a ela articulados, que também “apadrinham” sua candidatura à reeleição. Assim, a presidente vem mostrando concreta e inegavelmente quais são as suas prioridades ao governar.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) comandada por uma presidente interina há mais de um ano, acatou a determinação da chefe do poder Executivo e, ao longo de quase dois anos, não demarcou nenhuma terra. Talvez seja por interina e comandar o órgão indigenista oficial de modo provisório, a presidente da Funai não manifesta descontentamento, não se compromete com os povos indígenas e aceita a estagnação como regra. A Funai, que deveria demarcar as terras indígenas, protegê-las e fiscalizá-las, permanece alheia aos graves conflitos de que são vítimas os povos indígenas de diferentes regiões brasileiras. O mesmo ocorre com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no tocante aos territórios quilombolas, ou seja, a política de omissão vigora, mesmo com as garantias legais e as responsabilidades atribuídas a este órgão oficial.

A determinação de paralisar as demarcações está em sintonia com outros tantos aspectos nefastos da política indigenista executada ao longo dos 12 anos de governos petistas (oito anos de governo Lula e quatro de Dilma), destacamos alguns pontos destes governos: as violações aos direitos individuais e coletivos dos povos indígenas, a manutenção de comunidades às margens das estradas; a falta de compromisso com a vida e com a dignidade de tantas famílias que permanecem sem terra, sem alimentos, sem água potável, sem saneamento básico; a manutenção de uma situação indigna de confinamento de grandes contingentes populacionais em áreas exíguas, a continuidade de uma política de omissão que gera, em muitas comunidades indígenas, os mais altos índices de mortalidade infantil de desnutrição, de morbidade, de suicídio; às constantes ameaças de morte e agressões a indígenas que lutam por seus direitos assegurados na Constituição Federal.

CONT.



Em Mato Grosso do Sul especialmente as comunidades Guarani, Kaiowá e Terena enfrentam essas adversidades de forma mais intensa e direta, pois lá as terras foram disponibilizadas para o agronegócio – cria-se boi, planta-se soja, milho e cana-de-açúcar, afirma-se que só um modelo de produção em larga escala justificaria a posse da terra e conduziria o Brasil à sua vocação para ser uma grande nação. Neste e em outros estados da federação, os investimentos públicos têm a finalidade de assegurar que o agronegócio mantenha sua “vitalidade” independentemente da localização geográfica, fundiária e sua condição jurídica – terras públicas, terras indígenas, terras quilombolas, terras griladas, terras tituladas, terras arrendadas estão à disposição desse setor da economia. Demarcar as terras indígenas seria ir de encontro aos interesses imediatos daqueles que têm dados as cartas do jogo no atual governo; significaria o estabelecimento de um confronto (político e econômico) que a presidente Dilma já demonstrou não estar disposta a enfrentar.

A opção política da presidente da República em governar a partir de alianças eleitoreiras e mercantilistas impuseram aos povos indígenas e quilombolas o esvaziamento do alcance dos seus direitos constitucionais. Mais grave ainda é o processo de negociação destes direitos, chegando ao cúmulo de o ministro da Justiça anunciar publicamente que os direitos dos indígenas precisam ser ajustados (ajustados, logicamente, aos interesses daqueles que efetivamente tem a máquina pública sob seus domínios).

Com essa nova concepção “dos ajustes de direitos”, o governo propõe que os povos e comunidades indígenas renunciem ao direito sobre terras já demarcadas, como ocorreu em Mato Preto, terra tradicional Mbya Guarani, de 4.230 hectares, que o governo pretende reduzir para 650 hectares e em Passo Grande de Rio Forquilha, terra do povo Kaingang, ambas no Rio Grande do Sul.

Além disso, com o intuito de dificultar os procedimentos de demarcação especialmente aquelas que estavam em fase de conclusão - o ministro da Justiça, no ano de 2013, estabeleceu que as demarcações de terras fossem discutidas em mesas de diálogos - compostas por agentes do governo, indígenas e setores diretamente interessados nas terras em questão.

A criação das tais mesas, em essência, teve o intuito de protelar as demarcações; desgastar o movimento indígena em luta pela terra; acirrar as disputas entre indígenas e os ocupantes de suas terras. É importante destacar que muitos ocupantes de terras indígenas reconheciam a legitimidade das demarcações e aguardavam o pagamento das indenizações (justas e devidas). No entanto, depois das tais mesas de negociações, passaram a contestar as demarcações e articular formas de resistência a elas, inclusive com o uso da violência e da discriminação étnica.

A situação fundiária é inegavelmente o centro dos conflitos – demarcação e regularização das terras – e todos os demais aspectos da política assistencial (a ser prestada aos povos indígenas) estão condicionados às demandas fundiárias. Ou seja, quando o governo negligencia o direito a terra, acaba fragmentando e fragilizando o alcance das demais normas legais que assegurariam uma política diferenciada e específica para as populações indígenas. Essa concepção de política indigenista posta em prática no Brasil impõe aos povos indígenas a pecha de que eles são um “estorvo” e, como tal, precisam ser removidos ou excluídos.

CONT.



A política de assistência à saúde indígena que vem sendo executada no Brasil é um bom exemplo para demonstrar como, na prática, os povos e comunidades são colocados ou relegados à exclusão. O governo, por força de lei e pela pressão do movimento indígena, criou o Subsistema de Atenção à Saúde com base em distritos sanitários especiais indígenas e desde 2010 vem tentando organizar uma Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - gestora do subsistema. No entanto, não se verifica - apesar da lei e das estruturas criadas - melhorias nas condições de saúde das populações indígenas porque a prioridade dada a política são para assegurar a manutenção da máquina administrativa - recursos, contratos, fornecedores e servidores. A terceirização de serviços e o esvaziamento das ações nas comunidades, especialmente as que deveriam ser duradouras como a prevenção e formação. Dentro dessa concepção os servidores públicos e os funcionários terceirizados vinculam-se a uma política assistencial descolada das pessoas e desvinculada da realidade.

Os povos indígenas de Mato Grosso do Sul denunciam que nas aldeias e acampamentos dos Guarani e Kaiowá, os agentes e servidores da saúde - médicos, enfermeiros - fazem visitas às comunidades mas não vão nas casas, nos barracos, não conversam com as famílias e, o que é pior, atendem as pessoas de dentro dos veículos - ou seja, sequer saem do carro para realizar os "atendimentos". A foto a seguir é demonstrativa do procedimento médico na área Ñhanderu Laranjeira, no município de Rio Brilhante-MS. As pessoas fazem uma fila ao lado do veículo da saúde e o médico, sentado no banco dianteiro, examina os pacientes e depois os encaminha para um agente de saúde a fim de que este lhes entregue ou administre algum medicamento. Essa cena se vê em praticamente todos os atendimentos nas aldeias em Mato Grosso do Sul.

Há também reclamações das comunidades Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul acerca da falta de alimentação. As comunidades, a grande maioria, vivem fora de suas terras e, portanto não tem de onde retirar o sustento e tornam-se dependentes de cestas básicas. Atualmente a fome assola muitas comunidades, pois as cestas básicas que deveriam ser entregues pela Funai estão atrasadas há meses. Essa dependência conjugada com o atraso na entrega dos alimentos compromete as condições de vida, especialmente de crianças, as que mais sofrem com a fome. Alguns relatos de lideranças sobre a falta de comida em Kurusu Ambá, Pindo Roky e Guaiviri são impactantes. "Já faz mais de mês que não chega à cesta básica aqui. Não aguentamos mais comer só mandioca e batata. Não temos mais nada para comer, nossas crianças só comem quando vão à escola. "Hoje não sabemos o que vamos comer, enquanto nossas crianças vão para a escola, nos vamos para as ruas pedir alimentos". "Nós, os adultos, comemos uma vez no dia para deixar um pouco de comida para nossos filhos."

A política indigenista do governo federal tem, ao que parece, a intenção de manter os povos indígenas numa situação de exclusão, pois cotidianamente lhes nega os direitos fundamentais à vida, a terra, ao alimento e a cidadania. E, num contexto de disputas eleitorais, essa política torna-se anúncio, sem constrangimento, indicando do lado de quem o governo pretende ficar.

Porto Alegre, 05 de agosto de 2014.



Encontro de Mulheres Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

A Pastoral Católica, denominada Conselho Indigenista Missionário-CIMI, por meio do Regional GO/TO, em parceria com as comunidades Apinajé, realizou nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2014, na aldeia Aldeinha, nesta Terra Indígena, O Encontro de Mulheres Apinajé. Ao menos 30 lideranças participaram da reunião, que contou também com as presenças de alguns convidados homens, que juntos debateram sobre os problemas relacionados à saúde, terra e os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento econômico nos territórios indígenas. Na sexta-feira, 01/08/14, no período da noite, durante a abertura do Encontro foi exibido o Documentário: O Veneno Está na Mesa.

No dia 02/08/14, sábado, em depoimentos as lideranças falaram sobre as ofensivas e ameaças da bancada ruralista contra nossos Direitos Constitucionais, enfatizando que existem várias Propostas de Emendas à Constituição tramitando na Câmara dos Deputados e Senado Federal, sendo que a mais perversa e conhecida é a PEC 215/2000 que visa desconstruir os Direitos dos Povos Indígenas. A proposta altera os Art. 231 e 232 da Constituição Federal de 88, transferindo do Poder Executivo para o Congresso Nacional os atos de demarcar e regularizar os Territórios Indígenas e Quilombolas. Se aprovada a PEC 215/2000 irá dificultar e restringir ainda mais nossos direitos a terra, o que consideramos um perigoso retrocesso e uma grave violação dos Direitos Humanos.

Os participantes (os) expressaram grande preocupação com os crescentes desmatamentos do Cerrado no entorno do território Apinajé para implantação de carvoarias e o plantio de eucaliptos, todos licenciados de maneira irregular, sem a participação dos Órgãos da Administração Pública Federal e sem prévia consulta à nossas organizações representativas. Mais uma vez as lideranças Apinajé repudiaram com veemência os projetos de construção das hidrelétricas de Serra Quebrada, no rio Tocantins, Santa Isabel no Araguaia e a proposta que sugere a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

As mulheres reclamaram que estamos cercados por grandes rodovias e a ferrovia Norte-Sul e vivendo em território sob intensa pressão de intrusos; diariamente invadido por madeireiros, pescadores, caçadores, arrendatários e coletores de frutas nativas, mesmo assim, não existe nenhum plano ou ação efetiva da Fundação Nacional do Índio –FUNAI e suas coordenações de Palmas (TO) e Brasília (DF) no sentido de fiscalizar e proteger nosso território e aldeias. Pelo contrário, nos últimos 30 anos seguidos governos e seus projetos desenvolvimentistas estão incentivando ainda mais essas atividades ilícitas.

Em 03/08/14, as mulheres trataram ainda sobre as deficiências e precariedades do atendimento à saúde, que é responsabilidade da Secretaria Especial da Saúde Indígena-SESAI, através do Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins DSEI-TO e denunciaram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

casos de descuidos, negligências e maus tratos nas dependências do Hospital Municipal José Saboia em Tocantinópolis (TO). As lideranças se queixaram também que não conseguem realizar exames preventivos, situação que consequentemente leva muitos pacientes a ser encaminhados aos hospitais já estão em estado grave.

Terra Indígena Apinajé, 05 de agosto de 2014.



AM – Família de um dos três assassinados na Transamazônica em dezembro de 2013 pede indenização à Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Agência Estado, no Diário de Pernambuco

“A família do representante comercial Luciano da Conceição Ferreira Freire que, segundo o Ministério Público Federal foi sequestrado e morto pelos índios da etnia tenharim, em dezembro de 2013, em Humaitá, sul do Amazonas, entrou com pedido de indenização de R\$ 12,5 milhões contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União.

A ação, protocolada na 3ª Vara da Justiça Federal do Amazonas, pede o pagamento de indenização por danos morais de R\$ 5 milhões à viúva, Adriana dos Santos Lopes, e de valor igual ao filho do casal, Luidy Lopes Freire, além de danos materiais no valor de R\$ 2,5 milhões. A vítima tinha 29 anos e ganhava cerca de R\$ 5 mil mensais quando foi morta.

De acordo com o advogado Carlos Terrinha, ficou comprovado que, no dia 16 de dezembro, Luciano seguia de carro pela Rodovia Transamazônica na companhia de Steff Pinheiro de Souza e Aldeney Ribeiro Salvador, quando foi sequestrado por um grupo de indígenas.

Conforme o inquérito acolhido pela Justiça Federal, os três homens foram torturados, mortos e enterrados no interior da terra indígena dos tenharins, supostamente para vingar a morte de um cacique, Ivan Tenharin, ocorrida doze dias antes num acidente de moto.

Os índios esconderam o ocorrido, o que acabou gerando um clima de revolta na região. Instalações indígenas de Humaitá foram depredadas e incendiadas. A Força Nacional foi enviada para a região. Os corpos só foram encontrados 46 dias após o crime. Seis índios, entre eles três caciques, foram denunciados pelos crimes de homicídio qualificado e estão presos. O julgamento ainda não foi marcado.

Conforme o advogado, a Funai praticou atos que levaram ao desfecho do caso, como a permissão para que os índios cobrassem pedágio na Transamazônica. Até a noite desta segunda-feira, dia 4, a Funai não tinha sido notificada sobre a ação”.

-

Título original da matéria: “Família de vítima de índios pede indenização à Funai”.



Criticado por ambientalistas, mineroduto Minas-Rio está prestes a funcionar

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Ao longo de 525 quilômetros, maior mineroduto do mundo transportará todos os anos 26 milhões de toneladas de minério de ferro. Destino principal da matéria-prima é a China

por Deutsche Welle

Após cinco anos de atraso, o maior mineroduto do mundo, o Minas-Rio, deve entrar em operação no final deste ano. As 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro que serão transportadas anualmente por esse sistema de Minas Gerais até o porto no Rio de Janeiro já têm um destino: siderúrgicas na Ásia, principalmente na China.

Em 2008, a empresa britânica de mineração Anglo American comprou os planos do complexo Minas-Rio, idealizado pelo grupo EBX, de Eike Batista, e inicialmente orçado em 5 bilhões de dólares. O primeiro transporte de ferro foi planejado para 2009, mas falhas no projeto e impasses com a Justiça, devido a questões socioambientais, atrasaram – e também encareceram – as obras.

Assim, o valor para a instalação do complexo quase dobrou, chegando a 8,8 bilhões de dólares. Com o início da construção também surgiram os problemas. A empresa enfrentou ações judiciais movidas pelo Ministério Público de Minas Gerais, que questionou as obras de uma linha de transmissão de energia elétrica, a atuação da empresa perto de sítios arqueológicos e também a passagem do duto por uma caverna que abriga animais ameaçados de extinção.

Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) questionou os impactos socioambientais causados na Serra do Espinhaço, reserva da biosfera da Unesco, na bacia hidrográfica da região e também em comunidades tradicionais.

O MPF também criticou o processo de licenciamento da obra, no qual o complexo foi dividido em três partes – mina, mineroduto e porto – e, para cada uma delas, as licenças ficaram a cargo de órgãos ambientais diferentes.

Obra problemática

“Essa fragmentação causa uma série de problemas, pois o impacto da obra como um todo não é avaliado, mas só suas partes. Além disso, o licenciamento por órgãos diferentes também fragmenta o controle social, o monitoramento por parte da sociedade, dificultando a participação pública, já que as pessoas não sabe a qual órgão recorrer”, avalia a socióloga Andréa Zhouri.

A pesquisadora, que é coordenadora do grupo de estudos em temáticas ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, questiona também o expressivo número de

CONT.



condicionantes da obra. “Elas chegaram a 300, é um número grande, que mostra a deficiência, a insuficiência ou o subdimensionamento dos impactos desse projeto”, opina.

Além desse aspecto, a construção do complexo se viu envolta em escândalos sociais. Por duas vezes, a fiscalização do Ministério do Trabalho flagrou trabalhadores em condições análogas à escravidão. As negociações de indenizações para proprietários de terras localizadas no percurso do mineroduto também são alvos de críticas por falta de transparência.

Segundo a pesquisadora Denise de Castro Pereira, da PUC-Minas, as negociações de indenizações foram feitas de forma desigual, e famílias com baixo grau de instrução acabaram lesadas no processo. Ela afirma que o corte feito pela faixa de servidão do duto [faixa de segurança que acompanha, na superfície, o traçado do duto] inviabiliza a agricultura ou pecuária em algumas pequenas propriedades.

“Cria-se uma situação que o Banco Mundial chama de ‘deslocado econômico’: a pessoa não é retirada de sua terra, pois do ponto de vista empresarial e das regras estabelecidas a retirada não se justifica, mas perde as condições de vida e trabalho naquele lugar”, comenta.

Alternativas de transporte

Entretanto, especialistas avaliam a construção de dutos para transportar minérios como a opção menos poluente e mais barata do que as outras alternativas, como o transporte por caminhão ou trem, apesar dos impactos iniciais.

“Como qualquer obra de infraestrutura, a parte de instalação e construção causa alguns transtornos. Mas, no momento que a obra estiver pronta, as pessoas vão esquecer que a canalização do mineroduto passa por baixo de seu terreno, pois não gera vibração nem ruído”, afirma o engenheiro Enrique Munaretti, chefe do Departamento de Engenharia de Minas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Segundo ele, os impactos da obra são menores do que os da construção de uma rodovia ou ferrovia. Além disso, para transportar a quantidade de ferro estimada pela empresa seriam necessárias 800 mil viagens de caminhão, o que gera emissões de poluentes como dióxido de carbono e enxofre, sem contar com os riscos de acidente na estrada.

“O mineroduto é uma solução econômica muito boa e também ambientalmente excelente. No início, precisa-se fazer abertura de trincheiras e valas para os canos serem enterrados. Depois esses buracos são fechados e é feito um replantio da vegetação, além de marcação para que não se construa nada em cima. O ambiente volta a ser como era originalmente”, afirma Munaretti.

O engenheiro de minas Eduardo Drummond reforça as vantagens. “Independente de condições climáticas para operação, e os custos por tonelada transportada, operacional e de manutenção são imbatíveis”, argumenta.

Mais de 500 quilômetros

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

O projeto Minas-Rio engloba uma mina de exploração de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, um terminal no Porto do Açu, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, além do mineroduto de 525 quilômetros, que liga esses dois extremos, passando por 32 cidades nos dois estados.

A capacidade inicial de produção e transporte é de 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Para percorrer a distância entre a mina e o porto através do duto, o minério é misturado com água, se transformando numa polpa. Esse líquido é impulsionado pelo trecho com o auxílio de duas estações de bombeamento.

A velocidade de transporte é de seis quilômetros por hora. A polpa leva cerca de quatro dias para chegar ao final do percurso. No porto, o minério é filtrado e separado da água, para que somente ferro seja embarcado nos navios.

O mineroduto já está pronto e agora estão sendo realizados testes necessários para colocá-lo em funcionamento. Além disso, a Anglo American, ainda precisa das licenças de operação que, segundo a empresa, devem sair no terceiro trimestre deste ano. Contactada, a Anglo American não respondeu às críticas sobre impactos causados pela obra até a conclusão desta matéria.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Mais uma reforma da Saúde Indígena é anunciada pela SESAI: agora, querem o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Por Paulo Daniel Moraes

Com a aproximação do prazo estabelecido no Termo de Conciliação Judicial (TCJ) assinado pelo Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Planejamento (MPOG) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e Ministério Público Federal (MPF), que prevê a substituição de todos os profissionais da Saúde Indígena contratados hoje através de convênios e contratos temporários da União (CTU) por servidores públicos efetivos, através da realização de concurso público para a saúde indígena no prazo máximo até 31 de dezembro de 2015, foi anunciada no início de agosto a mais nova reforma proposta pela SESAI com o objetivo declarado de 'criar um novo modelo institucional para atendimento às populações indígenas'.

No dia 01 de agosto o secretário Antônio Alves da SESAI apresentou no gabinete do Ministro da Saúde a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), que deverá ser o órgão responsável pela gestão e execução da atenção à saúde indígena em todo o país. O anúncio acontece apenas quatro anos depois da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), fruto de uma grande mobilização do movimento indígena em todo o país, visando o reconhecimento da Saúde Indígena como uma política pública ligada diretamente ao gabinete do Ministro da Saúde, em substituição à FUNASA que promovia a terceirização e a privatização da saúde indígena.

O maior argumento dos responsáveis pela SESAI para a apresentação desta proposta é a alegada inviabilidade da realização do concurso público para provimento do pessoal da saúde indígena. A proposta do Concurso Público Específico e Diferenciado é uma bandeira do movimento indígena desde as primeiras Conferências de Saúde Indígena no final do século passado. Para que este concurso pudesse alcançar os objetivos almejados seria preciso criar os mecanismos legais adequados, inclusive com a regulamentação das categorias profissionais de Agente Indígena de Saúde e demais profissionais indígenas. Seria necessária uma articulação ampla envolvendo o Ministério Público Federal, Congresso Nacional e a Presidência da República.

Nada disto foi feito, e agora nos deparamos com mais uma brilhante reforma da Saúde Indígena gestada no aconchego dos gabinetes refrigerados da SESAI em Brasília. O modelo a ser adotado é copiado da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, citado como a 'primeira instituição pública não estatal brasileira'. Não é esta a avaliação dos segmentos sociais nas Conferências Nacionais de Saúde, onde o modelo dos Hospitais da Rede Sarah tem sido considerado a forma mais explícita de terceirização e desperdício de dinheiro da saúde pública no país.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 135 / 2014

Brasília, 05 de agosto de 2014.

Uma mostra da forma clientelista e autoritária como a primeira e única gestão da SESAI até agora trata o controle social e a gestão participativa indígena, é a composição do Conselho Deliberativo do famigerado INSI, instância máxima de decisão do órgão, onde dos treze membros do colegiado foram concedidas 'três vagas' para representantes de organizações indígenas. É lamentável o desrespeito com que este governo trata as populações indígenas, e esta nova reforma absurda, na contramão de tudo o que tem sido proposto e construído pelos povos indígenas nas últimas décadas, é mais uma afronta a ser enfrentada com indignação e vigor por todo o movimento indígena e seus aliados na construção da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena.

Boa Vista, 04 de agosto de 2014.



Banco Mundial propõe excluir de proteção populações frágeis

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.08.2014

Envolverde – Por Jim Lobe, da IPS

Washington, Estados Unidos, 4/8/2014 – Um importante comitê da junta diretora do Banco Mundial rechaçou as solicitações para modificar um rascunho de declaração política que, segundo uma centena de organizações da sociedade civil, implicaria um retrocesso de várias décadas nas disposições que protegem de abusos as populações indígenas, os pobres e os ecossistemas frágeis.

Embora o Comitê de Efetividade no Desenvolvimento não tenha apoiado formalmente o documento, o aprovou em 30 de julho para consulta nos próximos meses com os governos, ONGs e outros interessados, no que será a segunda rodada de uma revisão das políticas sociais e ambientais do Banco Mundial que levará dois anos.

Está em jogo um rascunho de marco de garantias que foi desenhado para atualizar e fortalecer as políticas implantadas nos últimos 25 anos para garantir que os projetos financiados pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento protejam as populações vulneráveis, os direitos humanos e o ambiente.

“As políticas que temos agora foram úteis, mas os problemas que enfrentam nossos clientes mudaram nos últimos 20 anos”, disse Kyle Peters, vice-presidente do Banco Mundial para operações políticas e serviços nos países. Peters ressaltou que as disposições do contexto previsto também ampliarão as políticas de garantias da instituição com sede em Washington, para promover a inclusão social, a antidiscriminação, os direitos trabalhistas e a luta contra a mudança climática.

Mas um grupo de organizações da sociedade civil afirma que o projeto, que vazou no dia 26 de julho, não reforça essas garantias, e que, muito ao contrário, as debilita substancialmente em alguns casos.

“O Banco Mundial se comprometeu diversas vezes a produzir um novo marco de garantias que não dê lugar à diluição das salvaguardas existentes e que reflita as normas internacionais vigentes”, segundo comunicado enviado em 28 de julho aos diretores-executivos da instituição pela Aposta pelos Direitos Humanos (BHR), uma rede com sede em Washington integrada por 23 organizações de desenvolvimento, humanitárias e ambientalistas.

“Por outro lado, o projeto de garantias representa uma profunda diluição das salvaguardas existentes e solapa as normas internacionais de direitos humanos e das melhores práticas”, alerta a carta assinada por Anistia Internacional, Human Rights Watch e Fórum de ONGs do Banco Asiático de Desenvolvimento, entre outras organizações.

CONT.



Uma das disposições previstas permitiria a “exclusão voluntária” dos governos que recebem empréstimos da Norma dos Povos Indígenas, que foi desenvolvida pelo Banco Mundial para garantir que seus projetos de financiamento protejam os direitos fundamentais das populações autóctones sobre a terra e os recursos naturais.

“Há mais de 20 anos que colaboramos com o Banco Mundial no desenvolvimento das garantias sociais e ambientais e nunca vimos uma proposta com um potencial tão negativo de repercussões generalizadas para os povos indígenas de todo o mundo”, afirmou a filipina Joji Cariño, diretora da Forest Peoples Programme, uma organização com sede na Grã-Bretanha que defende os direitos das populações autóctones.

“A proposta de exclusão voluntária das proteções para os povos indígenas, em particular, afetaria a vigente legislação internacional de direitos humanos e os avanços significativos que se observa no respeito aos direitos dos povos indígenas nas leis nacionais”, destacou Cariño.

Mas Mark King, diretor de normas ambientais e sociais do Banco Mundial, insistiu que o contexto em questão representa um “fortalecimento da política existente” que, entre outras disposições, incorpora o “consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas” para todos os projetos financiados pelo Banco.

“Em circunstâncias excepcionais, quando existe o risco de exacerbar as tensões étnicas ou os conflitos civis, ou quando a identificação dos povos indígenas é incompatível com a Constituição do país, em consulta com as pessoas afetadas por um projeto em particular, é proposto um enfoque alternativo para a proteção” dessas populações, explicou Peters, acrescentando que a direção do órgão deve autorizar essas exceções.

O Banco Mundial, que desembolsa até US\$ 50 bilhões por ano em subsídios e empréstimos, continua sendo uma fonte fundamental de financiamento de projetos no Sul em desenvolvimento, embora nos últimos 20 anos tenham surgido outras fontes importantes de capitais privados e, mais recentemente, a China e outras economias emergentes que costumam impor menos condições aos seus empréstimos. Diante dessa competição, o Banco Mundial busca a forma de atrair os que precisam de empréstimo mediante, por exemplo, facilidades em suas operações.

Entretanto, alguns de seus críticos temem que o Banco Mundial também esteja disposto a exercer maior flexibilidade na aplicação de suas normas sociais e ambientais, algo que seus funcionários rechaçam publicamente, apesar da recente divulgação de e-mails internos que confirmariam esses temores.

Sob a insistência das ONGs e de alguns governos ocidentais, nos anos 1980 e 1990, o Banco Mundial liderou o processo de adoção de políticas sociais e ambientais progressistas. Porém, mais recentemente, “ficou para trás em relação aos bancos regionais de desenvolvimento e a outras instituições internacionais de desenvolvimento quanto à proteção dos direitos humanos e do ambiente”, afirmou Gretchen Gordon, coordenadora da BHR.

“O Banco tem a oportunidade de recuperar sua posição de líder no âmbito do desenvolvimento,
CONT.



mas, lamentavelmente, este projeto é um retrocesso na última década de progresso”, afirmou Gordon. “Esperamos que a próxima rodada de consultas seja sólida e acessível para as pessoas e as comunidades mais afetadas, e que o Banco e seus Estados membros adotem um contexto de garantias sólido que respeite os direitos humanos”, enfatizou.

A BHR elogiou o renovado interesse do Banco Mundial pela discriminação e pelos direitos trabalhistas, mas criticou o que considera o deslocamento do contexto de garantias de “um com base no cumprimento do processo e das normas estabelecidas para outro de orientação vaga e aberta”.

Segundo o comunicado da sociedade civil, o rascunho coloca em perigo a proteção de populações que poderiam ser deslocadas de suas casas por projetos financiados pelo Banco Mundial. Também permitiria que os governos que fazem empréstimos, e inclusive bancos privados “intermediários”, apliquem suas próprias normas para a avaliação, compensação e reassentamento das comunidades deslocadas, “sem critérios claros sobre quando e como isso seria aceitável”, destacou a BHR.

Além disso, o marco previsto não incorpora nenhuma proteção que evite que os fundos do Banco Mundial apoiem as apropriações de terras que deslocaram populações indígenas, pequenos agricultores, comunidades de pescadores e pastores em países pobres para dar lugar a grandes projetos agroindustriais, acrescenta a organização.

“Tínhamos a esperança de que as novas garantias incluíam requisitos fortes para impedir que governos, como o da Etiópia, abusem de suas populações com os fundos do Banco”, declarou Obang Metho, diretor-executivo do Movimento de Solidariedade por uma Nova Etiópia, uma organização que chamou a atenção internacional para as apropriações de terras etíopes com apoio do Banco Mundial. “Mas nos assombrou o Banco abrir as comportas para novos abusos”, ressaltou.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.